



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE TERESÓPOLIS**

PMT-RJ
PROCESSO N ° 22.913/2021

RUBRICA: FLS.:

Foto Panorâmica da Cidade



Mulher de Pedra

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 094/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE
PROTEÍNAS (CARNES) PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/12/2021 às 10h00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.913/2021

DATA DA ABERTURA: 16/12/2021

HORÁRIO: 10h00

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal –
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS: 985915

O MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria G.P. nº 105, de 21 de janeiro de 2021 e suas alterações, de conformidade com o processo administrativo nº 22.913/2021, comunica aos interessados que irá realizar **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA REGISTRO DE PREÇOS POR 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PROTEÍNAS (CARNES)**, com observância nos Decretos Municipais nº 3.674 de 18 de maio de 2009, 4.845 de 07 de fevereiro de 2017 e 5.334 de 15 de julho de 2020, ao Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações, assim como a Lei Complementar Municipal nº 267/2019 e suas alterações, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

1. DO OBJETO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços para 12 (doze) meses para futura **AQUISIÇÃO PROTEÍNAS (CARNES)** solicitada pela **Secretaria Municipal de Educação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. **Havendo divergência entre a especificação dos itens cadastrados no ComprasNet e no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, PREVALECERÁ, imprescindivelmente, a especificação contida no Termo de Referência.**



2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

- 2.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO ELETRÔNICO serão consubstanciadas em Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta no Anexo IV.
- 2.2. A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- 2.3. Em consonância com o Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 4.845/2017, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o SRP por prazo fixo e determinado para o objeto deste certame.
- 2.4. Ainda segundo o Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 4.845/2017, o município de Teresópolis não está obrigado a contratar o quantitativo mencionado, posto que as aquisições serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.
- 2.5. O SRP visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/vencedora/Contratada poderá exigir do município de Teresópolis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços que será de **12 (doze) meses**.
- 2.6. O SRP destinar-se-á ao atendimento das necessidades do município de Teresópolis, porém é admitida a adesão de órgãos não participantes.
 - 2.6.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem da adesão.
 - 2.6.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública que não participarem do SRP e que pretenderem aderir à Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.



2.6.3. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o item 2.6.2 deste Edital fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para o órgão requisitante de adesão da utilização da ata de registro de preços, devendo tal estudo ser anexado ao pedido de adesão.

2.6.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços deverão observar os seguintes limitadores quantitativos, a serem fiscalizados pelo Órgão Gerenciador:

2.6.4.1. Aquisições regulares:

2.6.4.1.1. A quantidade solicitada para cada órgão carona não poderá exceder a 100% do quantitativo total da Ata de Registro de Preços.

2.6.4.1.2. A soma de todas as adesões não poderá exceder ao dobro (2x) do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.

2.7. Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preço na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, com o objetivo de formar Cadastro de Reserva, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.7.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.7 deste Edital, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

2.7.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o Cadastro de Reserva a que se refere o item 2.7 deste Edital será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos itens 2.8. e 2.9.

2.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – e outras hipóteses na forma da lei.

2.8.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do item 2.8 deste Edital será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador da Ata, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor, que poderá ser liberado quando:

I) O preço de mercado esteja superior ao preço registrado e o fornecedor não puder mantê-lo; e

II) A comunicação deste fato ocorra antes do pedido de fornecimento.

2.10. Da competência do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preço.

2.10.1. É de exclusiva competência da Prefeitura Municipal de Teresópolis a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, registrando sua intenção de registro e administração das atas em vigor pelo Departamento de Suprimentos e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, cabendo:

2.10.1.1. Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, seu e de todos os órgãos participantes, promovendo a adequação do Termo de Referência, para atender os requisitos de padronização e racionalização;

2.10.1.2. Promover os atos necessários à instrução processual, para a realização do procedimento licitatório;

2.10.1.3. Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;



- 2.10.1.4. Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e Termo de Referência;
 - 2.10.1.5. Realizar o procedimento licitatório, com apoio do Pregoeiro e da Equipe de Pregão;
 - 2.10.1.6. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
 - 2.10.1.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
 - 2.10.1.8. Aplicar ao fornecedor, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
 - 2.10.1.9. Aplicar ao fornecedor, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.
 - 2.10.1.10. Todas as hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 4.845/2017.
- 2.10.2. O município poderá dividir a quantidade total do item (gerenciador + participantes) em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.
- 2.10.3. Providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços, constando os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e
- 2.10.4. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.
- 2.11. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por todos os órgãos participantes e licitantes classificados.

3. DO CREDENCIAMENTO:



- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no [sítio https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf) por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.



- 4.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, bem como o Empresário Individual e o EIRELI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que se declarem no campo adequado do sistema de pregão eletrônico estarem enquadrados na condição de pequenos negócios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
- 4.3.5.1.** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extra judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.
- 4.3.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, visto que tal conduta não limitará a competitividade, pois o objeto do presente procedimento licitatório se trata de atividade com ampla competitividade de mercado, existindo diversas empresas do ramo que conseguem fornecer o objeto pretendido pela Secretaria Municipal de



Educação, solicitante deste certame, sem a necessidade de se constituírem em consórcios.

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.8. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.8.1. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.3.8.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão Contratante.

4.3.9. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.3.10. Não será permitida a participação de mais e uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.



- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - 4.4.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
 - 4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 5.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no presente Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.**



- 5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. Valor unitário e total do item em moeda nacional (Real), com no máximo duas casas decimais;
 - 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações contidas de acordo com especificação do Termo de Referência, conforme Anexo I deste Edital.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por autorização do Pregoeiro.



- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta cadastrada no sistema que **identifique o licitante**.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4.1. Quando demandado pelo chat, o licitante terá o prazo de 10 (dez) minutos para responder as solicitações realizadas pelo Pregoeiro.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item. Após finalização dos lances, a empresa deverá apresentar planilha com item e valores que compõem o lote, no prazo de 2 (duas) horas.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores 10% (dez por cento) superiores àquela colocada em primeiro lugar.
- 7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada,



para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 7.12. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - 7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada** a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.21. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem



de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

- 7.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar Municipal nº 267, de 25/11/2019.
- 7.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
- 7.27.1.** Por empresas brasileiras;
- 7.27.2.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.



- 7.27.3.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.28.** Persistindo o empate entre propostas ou lances, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 7.29.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 7.30.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DAS AMOSTRAS:

- 8.1.** Não serão exigidas amostras.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



- 9.4.** O Pregoeiro encaminhará, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.4.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, negociará com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.4.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.7.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.8.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



- 9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.5.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 10.1.2., 10.1.3. e 10.1.4.



acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

- 10.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.1.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.2.** Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP n° 03, de 2018.
- 10.2.1.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n° 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**
- 10.2.3.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 10.3.** Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 10.4. Habilitação jurídica:**
- 10.4.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.



- 10.4.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 10.4.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 10.4.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 10.4.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 10.4.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 10.4.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 10.4.8.** No caso de consórcio autorizado, o ato de oficialização da atividade consorciada com os devidos documentos comprobatórios da sua diretoria e poderes a eles autorizados.
- 10.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações e consolidações.**
- 10.5. Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 10.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 10.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da



Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 10.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 10.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 10.5.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.6. Qualificação econômico-financeira:

- 10.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **em conjunto** com a certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos distribuidores da comarca da sede da pessoa jurídica.
- 10.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a



boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta ou.

- 10.6.2.1. Poderá ser apresentado, para fins de autenticação dos livros contábeis, a Escrituração Digital, através da apresentação do recibo de entrega e Demonstrações Financeiras (sendo dispensada a autenticação nas juntas comerciais conforme o Disposto no Decreto nº 8.683 de 25/06/2016), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
 - 10.6.2.2. **Para efeito de segurança do procedimento licitatório, o Balanço Patrimonial a ser apresentado, deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa licitante.**
 - 10.6.2.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC.
 - 10.6.2.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - 10.6.2.5. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).
 - 10.6.2.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 10.6.2.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 10.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral



(SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas, conforme Anexo III.

10.6.4. A não apresentação ou incorreções nos referidos índices, inabilitará a empresa caso esta possua resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), salvo se comprovar possuir, considerando os riscos para a Administração, e a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.7. Qualificação técnica:

10.7.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação, através de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídicas de direito Público ou Privado.

10.7.2. Alvará Sanitário expedido por órgão competente Municipal ou Estadual, conforme o caso.

10.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload).

10.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.8.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8.5. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.



10.8.5.1. Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo.

10.8.5.2. Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura do certame.

10.9. Além dos documentos previstos no item 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, as empresas **DEVERÃO** encaminhar os anexos III e VI:

Anexo III – Declaração análise econômico-financeira.

Anexo VI– Declaração conjunta de prazo de fornecimento, artigo 88 da lei orgânica municipal e sobre funcionário inelegível.

10.9.1. As declarações contidas no item supramencionado, quando não apresentadas pelo licitante em sua documentação, deverão ser enviadas em até 30 (trinta) minutos quando solicitadas pelo Pregoeiro.

10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



- 10.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.15.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 11.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 11.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



- 11.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12. DOS RECURSOS

- 12.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1.** Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO

- 13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:



13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, ou, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio



eletrônico, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, para que seja assinada e devolvida, sem alterações ao documento originalmente enviado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

- 15.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DAS QUANTIDADES

- 17.1. A estimativa da quantidade geral de gêneros alimentícios constante no Apêndice II considera o fornecimento de refeições para todos os alunos matriculados nas Unidade Educacionais da Rede Municipal de ensino e Conveniadas pelo período de 160 (cento e sessenta) dias letivos.
- 17.2. A quantidade de cada gênero alimentício por Unidade Educacional, constante do Apêndice III, foi calculada levando-se em conta o cumprimento dos cardápios elaborados pelo Setor de Educação Alimentar, os valores per capta para cada segmento educacional e o quantitativo estimado de alunos em cada Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino e conveniadas.
- 17.3. A quantidade de cada gênero alimentício relacionada nos Apêndices II e III servem apenas como orientação para planejamento da logística de entregas e composição de preços, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.



- 17.4.** A quantidade a ser efetivada poderá variar em virtude das incertezas sobre a manutenção das aulas presenciais, decorrentes de situação de emergência em saúde pública resultante da pandemia do novo Coronavírus (Decreto Municipal 5.255/2020 e posteriores).
- 17.5.** Eventual suspensão das aulas presenciais ou a manutenção prolongada do sistema híbrido de ensino poderão afetar consideravelmente a quantidade de atendimento presencial aos alunos.

18. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 18.1.** A Contratada deverá, para adequada execução do objeto contratado, e por sua conta e risco, responsabilizar-se por:
- 18.1.1.** Padrão de qualidade dos alimentos, conforme especificações contidas no Apêndice I do Termo de Referência.
- 18.1.2.** A qualidade do produto será garantida pela Contratada, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. O prazo de validade, as informações nutricionais dos alimentos e a identificação do fabricante ou fornecedor devem estar explícitas no rótulo conforme a legislação em vigor.
- 18.1.3.** Os alimentos fornecidos pela Contratada, devem ter sua qualidade de acordo com o padrão constante deste instrumento e legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), legislação do Ministério da Agricultura, normas pertinentes ao objeto, inclusive referente à embalagem e rotulagem e registro.
- 18.1.4.** A embalagem de cada produto deverá conter tabela de informação nutricional, lote, data de fabricação a partir do mês anterior ao da entrega e validade do produto.
- 18.1.5.** Todos os itens deverão possuir registro no Ministério de Agricultura ou em órgão competente, de acordo com a legislação vigente.
- 18.1.6.** A aquisição de gêneros alimentícios deve respeitar o cumprimento, por parte do seu fabricante, da legislação de boas práticas de fabricação para estabelecimentos e elaboradores e/ou processadores de alimentos.
- 18.1.7.** Os alimentos processados deverão ser embalados, armazenados, transportados e conservados em condições adequadas e que não produzam, desenvolvam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde dos alunos.



- 18.1.8.** Os procedimentos para alimentos envasados deverão ser feitos através de processamento tecnológico adequado, de forma asséptica, em embalagem hermeticamente fechada que não permita a passagem de ar e luz e assegure a sua apresentação e conservação até o momento de consumo, sem a necessidade de refrigeração.
- 18.1.9.** Os alimentos “in natura” deverão ser íntegros e frescos.
- 18.1.10.** Os produtos deverão ser entregues com, no máximo, 30% do tempo de vida útil decorrido a partir da data de fabricação, ou seja, com 70% de sua validade.
- 18.1.11.** A Contratante reserva-se o direito de controlar periodicamente a qualidade dos produtos enviando amostras para serem analisadas em órgão oficiais, com o objetivo de verificar se os produtos estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

19. DA ENTREGA

- 19.1.** Os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículos apropriados para cada tipo de produto, e entregues diretamente nos endereços das Unidades Educacionais relacionadas no Apêndice V do Termo de Referência.
- 19.2.** A entrega do item licitado será procedida de forma parcelada, conforme as necessidade da Administração.
- 19.3.** Os gêneros alimentícios deverão **ser entregues quinzenalmente**.
- 19.4.** Em situações especiais/emergenciais, poderá a Contratante realizar requisições em frequência diferentes das previstas nos subitens anteriores.
- 19.5.** O objeto contratado deverá ser entregue, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Edital e Anexos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis com tolerância, em situações excepcionais previamente justificadas e aceitas pela Secretaria Municipal de Educação, de no máximo, 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição.
- 19.6.** As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimentos por parte da Contratada, inclusive e-mail.
- 19.7.** A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da Contratada, sendo esta responsável por toda despesa e encargos decorrentes de transporte



e descarregamento do objeto, bem como da própria aquisição dos produtos, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados a ele.

- 19.8. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis do término do prazo de entrega e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- 19.9. Os alimentos deverão ser entregues em sua embalagem primária original, rotulada de acordo com a temperatura adequada estabelecida pela legislação vigente e em boas condições de consumo.
- 19.10. Monoblocos plásticos ou caixas plásticas vazadas e paletes utilizados nas entregas deverão estar em condições adequadas de higiene e conservação, não sendo permitidos, em hipótese alguma, o uso de caixas de madeira ou em sacos plásticos impróprios para alimentos.
- 19.11. A Contratante poderá durante a vigência do Contrato, nas mesmas condições originais, incluir novos locais para fornecimento da alimentação, sem alteração do preço unitário, respeitando o disposto na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.
- 19.12. A primeira requisição, acompanhada do respectivos cronograma de entrega, será fornecida a proponente vencedora, sendo que o mesmo não fixará prazo inferior a 5 (cinco) dias corrido para início do fornecimento.

20. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 20.1. O recebimento será feito por membro da equipe diretiva de cada Unidade Educacional formalmente designado para esse fim que, após a verificação da natureza, qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, deverá proceder o registro de aceite nas notas de simples remessa ou as rejeitar total ou parcialmente no caso de desconformidade, realizando os devidos registros.
- 20.2. Para o recebimento, os gêneros alimentícios deverão estar de acordo com as especificações constantes no Apêndice I do Termo de Referência e na mesma quantidade solicitada pelo Setor de Educação Alimentar da Secretária Municipal de Educação.



- 20.3.** Os gêneros alimentícios deverão ser pesados na presença do responsável pelo recebimento em cada unidade educacional.
- 20.4.** O objeto contratado, em cada uma de suas parcelas, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade.
- 20.5.** Em havendo irregularidades a CONTRATANTE poderá:
- 20.5.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;
- 20.5.2.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.
- 20.6.** A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de não receber o produto em desacordo com o previsto neste Edital e Termo de Referência, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- 20.7.** O recebimento provisório do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 20.8.** O recebimento será efetivado nos seguintes termos:
- 20.8.1. PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Edital e Termo de Referência;
- 20.8.2. DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor Competente.
- 20.9.** Correrão por conta da empresa vencedora todas as despesas de mão-de-obra e transporte e a garantia de substituição dos itens entregues em não conformidade com as especificações indicadas neste Edital e Termo de Referência.

21. DA CONTRATAÇÃO



- 21.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 21.1.1.** O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 21.1.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 21.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 21.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 21.3.1.** A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.
- 21.3.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.
- 21.3.3.** A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 21.4.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 21.4.1.** Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



- 21.4.2.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 21.5.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 21.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1.1.** Solicitar o fornecimento do objeto à Contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Compra.
- 22.1.2.** Proporcionar, no que lhe cabe, todas as condições necessárias à boa execução do contrato.
- 22.1.3.** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento.
- 22.1.4.** Efetuar o encaminhamento da nota fiscal e demais documentos pertinentes mensalmente ao órgão municipal competentes para devido pagamento após recebimento dos produtos efetivamente entregues, bem como atestar a nota fiscal, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas entre os contraentes.
- 22.1.5.** Indicar funcionários para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato.
- 22.1.6.** Efetuar o controle de qualidade dos serviços e produtos ofertados pela Contratada.
- 22.1.7.** Prestar informações e esclarecimento que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito ao objeto contratado.
- 22.1.8.** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovados, aplicando os devidos fatores de desconto, conforme relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados,



em atenção as eventuais multas estabelecidas nesse termo de referência.

- 22.2.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 23.2.** Responsabilizar-se pelos produtos a serem empregados e por todos os custos de aquisição e transporte. Bem como pela contratação, às suas expensas, da mão de obra necessária à execução dos serviços objeto deste Edital e seus anexos.
- 23.3.** Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros alimentícios, incluindo equipamentos, veículos e mão de obra necessários à boa e perfeita execução do objeto. Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo seu comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.
- 23.4.** Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre a aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios de sua competência, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.
- 23.5.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento.
- 23.6.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e legais.
- 23.7.** Ser a responsável pela qualidade dos produtos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes, sempre que houver suspeita sobre a qualidade sanitária dos alimentos “*in natura*” ou



preparados. Nesse caso, os mesmos deverão ter seu consumo suspenso e as amostras enviadas para análises laboratoriais as suas expensas.

- 23.8.** A Contratada deverá disponibilizar pelo menos duas linhas de comunicação (telefone e correio eletrônico), para o contato direto com a Contratante.
- 23.9.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 23.10.** Manter contingente técnico e operacional, qualificado e suficiente para adequada execução das obrigações assumidas.
- 23.11.** Registrar os seus empregados, cabendo-lhe todos os ônus sobre indenizações por acidentes, moléstias e outros de natureza profissional e/ou ocupacional.
- 23.12.** Disponibilizar aos empregados, em atendimento à legislação vigente, equipamentos de proteção individual.
- 23.13.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás e provendo os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, principalmente no tocante à prevenção da Covid-19;
- 23.14.** Fornecer todo equipamento de higiene aos seus empregados no exercício de suas funções no que diz respeito à prevenção da Covid-19.
- 23.15.** Exercer controle no que se refere à pontualidade das entregas.
- 23.16.** Submeter-se às normas de segurança sanitária das Unidades Escolares, em especial quanto ao acesso às suas dependências.
- 23.17.** Todo o suporte logístico e qualquer outro inerente à execução do objeto deste Edital e seus anexos são de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 23.18.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste Edital e seus anexos, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP



(Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

- 23.19.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 23.20.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da Contratante.
- 23.21.** Comunicar à Administração, no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem a entrega, o motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 23.22.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato.

24. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 24.1.** O gerenciamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados por servidores lotados na sede da Secretaria Municipal de Educação e por membros das equipes diretivas de cada Unidade Educacional, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
- 24.2.** Ao fiscal lotado em cada unidade educacional caberá:
- 24.2.1.** Monitorar (acompanhar e avaliar) constantemente o recebimento dos gêneros alimentícios de acordo com os parâmetros descritos no item 20 deste Edital;
- 24.2.2.** Exercer a fiscalização em relação à natureza, qualidade e quantidade dos gêneros recebidos, em conformidade com o descrito na nota de simples remessa.
- 24.2.3.** Proceder o registro de aceite nas notas de simples remessa ou as rejeitar total ou parcialmente de acordo com a desconformidade observada.



- 24.2.4.** Realizar o controle de estoque de gêneros da sua unidade educacional.
- 24.2.5.** Manter um banco de dados, visando consolidar o registro das ocorrências na execução do objeto e gerar relatórios gerenciais quando solicitado.
- 24.2.6.** Encaminhar cópia da nota de simples remessa devidamente atestada/registrada para conferência da Secretária Municipal de Educação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento.
- 24.3.** Ao fiscal lotado na sede da Secretaria Municipal de Educação caberá:
- 24.3.1.** Verificar o cumprimento do prazo de entrega por parte da Contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas
- 24.3.2.** Exercer a fiscalização em relação à natureza, qualidade e quantidade dos gêneros recebidos, em conformidade com o pedido realizado pela Contratante junto à Contratada.
- 24.3.3.** Efetuar a consolidação da medição final de gêneros entregues pela Contratada, com base nas notas de simples remessa recebidas oriundas das unidades educacionais.
- 24.3.4.** Manter um controle do acompanhamento da prestação da execução do objeto contratado com base nos relatórios emitidos pelos fiscais lotados nas Unidades Educacionais.
- 24.3.5.** Estabelecer o histórico do desempenho da prestação do serviço pela empresa, no qual constem todas as ocorrências registradas pelas unidades que recebem tal serviço.
- 24.3.6.** Realizar eventuais inspeções de acompanhamento do objeto contratado, verificando se o mesmo está sendo prestado em conformidade com o presente Edital e seus anexos.
- 24.3.7.** Comunicar por escrito à Contratada, qualquer falha ou deficiência na prestação do objeto contratado, exigindo a imediata correção.
- 24.3.8.** Manifestar-se quanto à eventual aplicação de penalidade e sanções por inadimplência contratual.



24.3.9. Realizar a comunicação entre a Fiscalização e a Contratada sempre por escrito.

24.4. A Atuação ou a eventual omissão da Fiscalização, durante o prazo do contrato, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos serviços.

24.5. Todos os atos emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

24.6. Nos casos em que o acompanhamento demandar operações ou análises técnicas mais complexas, poderá ser efetuado o acompanhamento apenas das que destas não necessitarem.

24.7. Havendo divergência entre a quantificação realizada pela Contratada e a realizada pela Contratante, prevalecerá a medição feita pela Contratante, até que seja comprovada pela Contratada a exatidão de sua aferição.

24.8. O representante da Secretaria Municipal de Educação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25. FATURAMENTO

25.1. As notas fiscais deverão ser emitidas a cada **15 (quinze) dias**, considerando-se as entregas realizadas no período.

25.2. As notas de simples remessa deverão conter o nome da Unidade Educacional em que serão entregues os produtos e fazer referência ao segmento educacional correspondente.

25.2.1. As notas de simples remessa somente serão consideradas quando devidamente atestadas pelo fiscal de cada unidade educacional no momento da entrega.

25.3. A Contratada deverá emitir a quantidade de Notas Fiscais necessárias a fim de discriminar, separadamente, por segmento educacional, as especificações dos produtos e o quantitativo dos gêneros alimentícios efetivamente entregues.



25.3.1. A Contratante poderá solicitar a inclusão de informações mediante necessidade de adequação a procedimentos de controle, fiscalização e prestação de contas.

25.4. As Notas Fiscais não aceitas pelo fiscal de contrato serão devolvidas à Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivarem sua rejeição.

25.5. A devolução das Notas Fiscais não aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a prestação de serviços objeto do contrato.

25.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, além de seus elementos padronizados.

25.7. As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Contratante através de Protocolização no setor de protocolo central da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

26.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

26.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

26.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 26.4.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 26.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 26.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 26.7.** Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 26.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 26.9.** Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 26.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 26.11.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.



26.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

26.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

26.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

26.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \quad (6 / 100)$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual =
6%
365

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



- 27.1.** Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos:
- 27.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
 - 27.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.
 - 27.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.
 - 27.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.
 - 27.1.5.** Cometer fraude fiscal.
 - 27.1.6.** Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas.
 - 27.1.7.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- 27.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 27.2.1.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.
 - 27.2.2.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
 - 27.2.2.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
 - 27.2.3.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.
 - 27.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



- 27.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 27.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 27.4.1.** As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;
- 27.4.2.** Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 27.4.3.** Caso após a defesa prévia da empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 27.4.4.** Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será cientificada através de um dos meios previstos no subitem 23.4.1, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 27.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 27.7.** As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência (Anexo I).
- 27.8.** O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido.



- 27.9. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução.

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 28.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 28.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo Geral do Município, Avenida Feliciano Sodré, nº 675, Várzea, Teresópolis/RJ.
- 28.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 28.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 28.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 28.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 28.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 28.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 28.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 29.1. Caberá a direção das Unidades Educacionais, informar antecipadamente ao Serviço de Educação Alimentar da SME sobre a dispensa de aulas que



representem significativa redução na alimentação preparada em virtude de atividades escolares diversas (reuniões pedagógicas, passeios, jogos, torneios etc.) realizadas fora da unidade escolar.

- 29.2.** As demais normas que disciplinarão o processo de licitação serão editadas em conformidade com os órgãos competentes, responsáveis pelos atos licitatórios.
- 29.3.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 29.4.** Em nenhuma hipótese a licitante poderá alegar desconhecimento das condições existentes para a elaboração da proposta, bem como para a execução do contrato e o cumprimento das obrigações decorrentes.
- 29.5.** A apresentação das propostas de preço deverá seguir as regras dispostas no Edital de Licitação, respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência e apresentando a planilha de custos e formação de preços.
- 29.6.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 29.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 29.8.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 29.9.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 29.10.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 29.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 29.12.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.13.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.14.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.16.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.17.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 29.18.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Feliciano Sodré, 595, 1º andar, Várzea, Teresópolis, RJ, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 29.19.** Todos os requerimentos a serem realizados pelo contratado ou detentor de Atas de Registro de Preços, decorrentes ou não de contratações posteriores à assinatura da Ata, deverão ser formalizados no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Teresópolis, localizado na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea – Teresópolis/RJ, inclusive os de reequilíbrio, cancelamento e troca de marca.
- 29.20.** O foro da Cidade de Teresópolis, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.
- 29.21.** São integrantes deste Edital:
- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Modelo de Proposta de Preços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ
PROCESSO N ° 22.913/2021

RUBRICA: FLS.:

- Anexo III Modelo análise econômico-financeiro;
- Anexo IV Minuta ata de registro de preços
- Anexo Minuta do contrato;
- Anexo V Modelo de declaração conjunta sobre funcionário inelegível; prazo de entrega e do Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal.

Teresópolis, 03 de dezembro de 2021.

Satiele de Sequeira Santos
Secretária Municipal de Educação
Matrícula 4.16513-6



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Municipais 3.674/2009 e 4.845/2017, e as disposições contidas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores modificações e Lei Complementar Federal 123/2006 e suas posteriores modificações.

2. OBJETO

- 1.1. **FUTURA AQUISIÇÃO DE PROTEÍNAS (CARNES)**, para a produção de merenda escolar, saudável e nutricionalmente equilibrada, mediante a entrega dos gêneros alimentícios nas unidades educacionais da rede pública municipal de Teresópolis e conveniadas, em conformidade com a quantidade, qualidade e demais especificações contidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

3. JUSTIFICATIVA

- 3.1. O Programa de Alimentação Escolar é universal e abrangente, englobando o aspecto da educação nutricional, fornecendo alimentação balanceada com nutrientes adequados à faixa etária escolar, condição básica para a manutenção da boa saúde, formando hábitos alimentares saudáveis e propiciando o bem-estar indispensável ao bom rendimento escolar. O objetivo do Programa de Alimentação Escolar é fornecer aos alunos alimentação saudável, respeitadas as recomendações nutricionais diárias para todas as faixas etárias atendidas, com vistas a proporcionar o bem-estar indispensável ao bom rendimento escolar, colaborando para a redução da evasão e repetência e formando bons hábitos alimentares com estímulo a uma maior socialização.
- 3.2. Para que os objetivos do PNAE sejam alcançados na sua plenitude, faz-se necessário o estabelecimento de medidas destinadas à otimização do fornecimento da alimentação escolar aos alunos da Rede Pública Municipal de Teresópolis, bem como ao cumprimento da legislação que rege o PNAE. Uma dessas medidas é a aquisição de gêneros alimentícios (cárneos), a fim de garantir o fornecimento da alimentação escolar aos alunos das Creches,



Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos do Município de Teresópolis.

- 3.3.** Frente a desistência da empresa vencedora do Pregão Eletrônico 045/2021 e signatária da Ata de Registro de Preços referente do Lote 3 (Cárneos), conforme os autos do processo administrativo nº 20.514/2021, somado ao desinteresse na assunção pelos demais classificados no referido certame, foi necessária a realizada à Dispensa de Licitação nº 070/2021 (PA 20.203/2021) para a aquisição, em caráter emergencial, de gêneros alimentícios (cárneos) para garantir o fornecimento de merenda escolar durante o período de 40 (quarenta) dias letivos;
- 3.4.** Assim, faz-se necessária a abertura do presente processo licitatório para a aquisição dos itens descritos no Anexo I deste Termos de Referência, sendo estes destinados à alimentação dos alunos das escolas da rede pública de ensino do município e conveniadas para o período de 160 (cento e sessenta) dias letivos.
- 3.5.** A contratação justifica-se para assegurar o fornecimento regular de gêneros alimentícios para preparação de merenda escolar para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino e conveniadas, obrigação constitucional atribuída ao Município, em consonância a Lei 11.947 de 2009 que cria o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e resoluções específicas sobre o tema.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

- 4.1.** Segue o detalhamento, conforme necessidade desta Secretaria.

ITEM	CATMAT	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	447496	3.032	KG	CARNE MÚSCULO: Carne Bovina em Cubos tipo músculo congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo,	R\$ 38,70	R\$ 117.338,40



				peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
2	449724	47.187	KG	CARNE PATINHO (TRASEIRO): Carne Bovina em Cubos tipo patinho congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeadada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ 44,02	R\$ 2.077.171,74
3	447484	15.718	KG	FÍGADO: Fígado bovino, congelado, de abate recente. - Coloração: Cor própria sem manchas esverdeadas; - Textura e odor: Característico; não amolecido, não pegajoso e isento de sujidades. Deverá ser congelado à temperatura de -18° C (dezoito graus centígrados negativos) ou inferior. Deverá apresentar-se livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. As características microbiológicas deverão estar de acordo com os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº12 de 02/01/01, ANVISA. Embalagem 1kg.	R\$ 19,39	R\$ 304.772,02
4	447581	32.177	KG	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO): Peito de Frango sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ 20,14	R\$ 648.044,78



5	451063	23.651	KG	COXA E SOBRE COXA (SEM OSSO): Filé coxa e sobrecoxa sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ 18,70	R\$ 442.273,70
6	447589	7.785	KG	MOELA: Moela de frango, congelada, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo ou bem lacradas, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA OU SIM), data de fabricação e validade. Embalados 1 kg.	R\$ 15,22	R\$ 118.487,70
7	448929	11.674	KG	PEIXE: Peixe Cação ou em Postas, limpo, sadio, congelado, íntegros, eviscerados, sem osso, apresentando carne firme, elástica, cor branca, rosada e odor característico. Isento de: vestígios de descongelamento, livre de resíduos de vísceras, líquido leitoso, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ 26,10	R\$ 304.691,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 4.012.779,74

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Secretaria de Educação do Município de Teresópolis

Dotação Orçamentária

Educação Infantil

02.009.12.365.0034.2048 3.3.90.30.00.00 FONTE 100 CONTA 420

02.009.12.365.0034.2048 3.3.90.30.00.00 FONTE 02 CONTA 418



Ensino Fundamental

02.009.12.361.0034.2045	3.3.90.30.00.00	FONTE 100	CONTA 370
02.009.12.361.0034.2045	3.3.90.30.00.00	FONTE 02	CONTA 367

Educação de Jovens e Adultos

02.009.12.366.0034.2229	3.3.90.30.00.00	FONTE 100	CONTA 437
02.009.12.361.0034.2045	3.3.90.30.00.00	FONTE 02	CONTA 436

6. DAS QUANTIDADES

- 6.1. A estimativa da quantidade geral de gêneros alimentícios constante no Apêndice II considera o fornecimento de refeições para todos os alunos matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e conveniadas pelo período de 160 (cento e sessenta) dias letivos,
- 6.2. A quantidade mensal estimada de gêneros alimentícios por Unidade Educacional, constantes do Apêndice III, foi calculada levando-se em conta o cumprimento dos cardápios elaborados pelo Setor de Educação Alimentar, os valores *per capita* para cada segmento educacional e o quantitativo estimado de alunos em cada Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino e conveniadas.
- 6.3. A quantidade de cada gênero alimentício relacionada nos Apêndices II e III servem apenas como orientação para planejamento da logística de entregas e composição de preços, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.
- 6.4. A quantidade a ser efetivada poderá variar em virtude das incertezas sobre a manutenção das aulas presenciais, decorrentes da situação de emergência em saúde pública resultante da pandemia do novo Coronavírus (Decreto Municipal Nº 5.255/2020 e posteriores).
- 6.4.1. Eventual suspensão das aulas presenciais ou a manutenção prolongada do sistema híbrido de ensino poderão afetar consideravelmente a quantidade de atendimento presencial aos alunos.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES



7.1. A Contratada deverá, para adequada execução do objeto contratado, e por sua conta e risco, responsabilizar-se por:

7.1.1. Padrão de qualidade dos alimentos, conforme especificações contidas no Anexo I deste Termo de Referência;

7.1.2. A qualidade do produto será garantida pela Contratada, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. O prazo de validade, as informações nutricionais dos alimentos e a identificação do fabricante ou fornecedor devem estar explícitas no rótulo conforme a legislação em vigor.

7.1.3. Os alimentos fornecidos pela Contratada, devem ter sua qualidade de acordo com o padrão constante deste instrumento e legislação vigente no país sobre o assunto, tais como: legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Anvisa/MS), legislação do Ministério da Agricultura, normas pertinentes do INMETRO, Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal N° 8079 de 11/09/90) e demais normas e dispositivos legais pertinentes ao objeto, inclusive referentes à embalagem e rotulagem e registro.

7.1.4. A embalagem de cada produto deverá conter tabela de informação nutricional, lote, data de fabricação a partir do mês anterior ao da entrega e validade do produto.

7.1.5. Todos os itens deverão possuir registro no Ministério da Agricultura ou em órgão competente, de acordo com a legislação vigente.

7.1.6. A aquisição de gêneros alimentícios deve respeitar o cumprimento, por parte do seu fabricante, da legislação de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores e/ou processadores de alimentos.

7.1.7. Os alimentos processados deverão ser embalados, armazenados, transportados e conservados em condições adequadas e que não produzam, desenvolvam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde dos alunos.

7.1.8. Os procedimentos para alimentos envasados deverão ser feitos através de processamento tecnológico adequado, de forma asséptica, em embalagem hermeticamente fechada que não permita a passagem de ar e luz e assegure a sua apresentação e conservação até o momento de consumo, sem a necessidade de refrigeração.

7.1.9. Os alimentos “*in natura*” deverão ser íntegros e frescos.



7.1.10. Os produtos deverão ser entregues com, no máximo, 30% do tempo de vida útil decorrido a partir da data de fabricação, ou seja, com 70% de sua validade.

7.2. Reserva-se à Contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos produtos, enviando amostras para serem analisadas em órgãos oficiais, com o objetivo de verificar se os produtos estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

8. DA ENTREGA

8.1. Os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículos apropriados para cada tipo de produto, e entregues diretamente nos endereços das Unidades Educacionais relacionadas no Apêndice V deste Termo De Referência.

8.2. A entrega do objeto licitado será procedida de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração.

8.2.1. Os gêneros alimentícios deverão **ser entregues quinzenalmente**.

8.3. Em situações especiais/emergenciais, poderá a Contratante realizar requisições em frequência diferente das previstas nos subitens anteriores.

8.4. O objeto contratado deverá ser entregue, em conformidade com as especificações estabelecidas neste termo de referência, no prazo de até 2 (dois) dias úteis com tolerância, em situações excepcionais previamente justificadas aceitas pela Secretaria Municipal de Educação, de no máximo 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição.

8.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive e-mail.

8.6. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da Contratada, sendo esta responsável por toda despesa e encargos decorrentes de transporte e descarregamento do objeto, bem como da própria aquisição dos produtos, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causadas a ele.

8.7. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.



- 8.8.** A Contratada deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para entrega.
- 8.9.** Os alimentos deverão ser entregues em sua embalagem primária original, rotulada de acordo com a temperatura adequada estabelecida pela legislação vigente e em boas condições de consumo.
- 8.10.** Monoblocos plásticos ou caixas plásticas vazadas e paletes utilizados nas entregas deverão estar em condições adequadas de higiene e conservação, não sendo permitidos, em hipótese alguma, o uso de caixas de madeira ou em sacos plásticos impróprios para alimentos.
- 8.11.** A Contratante poderá, durante a vigência do contrato, nas mesmas condições originais, incluir novos locais para fornecimento da alimentação, sem alteração do preço unitário, respeitando o disposto na Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.
- 8.12.** A primeira requisição, acompanhada do respectivo cronograma de entrega, será fornecida a proponente vencedora, sendo que o mesmo não fixará prazo inferior a 5 (cinco) dias corridos para início do fornecimento.

9. DO RECEBIMENTO

- 9.1.** O recebimento será feito por membro da equipe diretiva de cada Unidade Educacional formalmente designado para esse fim que, após a verificação da natureza, qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, deverá proceder o registro de aceite nas notas de simples remessa ou as rejeitar total ou parcialmente no caso de desconformidade, realizando os devidos registros.
- 9.2.** Para o recebimento, os gêneros alimentícios deverão estar de acordo com as especificações constantes no Apêndice I deste Termo de Referência e na mesma quantidade solicitada pelo Setor de Educação Alimentar da Secretaria Municipal de Educação.
- 9.3.** Os gêneros alimentícios deverão ser pesados na presença do responsável pelo recebimento em cada Unidade Educacional.
- 9.4.** O objeto contratado, em cada uma de suas parcelas, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade.
- 9.5.** Em havendo irregularidades a Contratante poderá:



9.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

9.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O gerenciamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados por servidores lotados na sede da Secretaria Municipal de Educação e por membros das equipes diretivas de cada Unidade Educacional, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

10.2. Ao fiscal lotado em cada Unidade Educacional caberá:

10.2.1. Monitorar (acompanhar e avaliar) constantemente o recebimento dos gêneros alimentícios de acordo com os parâmetros descritos no item 9 deste Termo de Referência;

10.2.2. Exercer a fiscalização em relação à natureza, qualidade e quantidade dos gêneros recebidos, em conformidade com o descrito na nota de simples remessa.

10.2.3. Proceder o registro de aceite nas notas de simples remessa ou as rejeitar total ou parcialmente de acordo com a desconformidade observada.

10.2.4. Realizar o controle de estoque de gêneros da sua Unidade Educacional.

10.2.5. Manter um banco de dados, visando consolidar o registro das ocorrências na execução do objeto e gerar relatórios gerenciais quando solicitado.

10.2.6. Encaminhar cópia da nota de simples remessa devidamente atestada/registrada para conferência da Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento.

10.3. Ao fiscal lotado na sede da Secretaria Municipal de Educação caberá:

10.3.1. Verificar o cumprimento do prazo de entrega por parte da Contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas



- 10.3.2.** Exercer a fiscalização em relação à natureza, qualidade e quantidade dos gêneros recebidos, em conformidade com o pedido realizado pela Contratante junto à Contratada.
- 10.3.3.** Efetuar a consolidação da medição final de gêneros entregues pela Contratada, com base nas notas de simples remessa recebidas oriundas das Unidades Educacionais.
- 10.3.4.** Manter um controle do acompanhamento da prestação da execução do objeto contratado com base nos relatórios emitidos pelos fiscais lotados nas Unidades Educacionais.
- 10.3.5.** Estabelecer o histórico do desempenho da prestação do serviço pela empresa, no qual constem todas as ocorrências registradas pelas unidades que recebem tal serviço.
- 10.3.6.** Realizar eventuais inspeções de acompanhamento do objeto contratado, verificando se o mesmo está sendo prestado em conformidade com o presente Termo de Referência
- 10.3.7.** Comunicar por escrito à Contratada, qualquer falha ou deficiência na prestação do objeto contratado, exigindo a imediata correção.
- 10.3.8.** Manifestar-se quanto à eventual aplicação de penalidade e sanções por inadimplência contratual.
- 10.3.9.** Realizar a comunicação entre a Fiscalização e a Contratada sempre por escrito.
- 10.4.** A Atuação ou a eventual omissão da Fiscalização, durante o prazo do contrato, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos serviços.
- 10.5.** Todos os atos emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.
- 10.6.** Nos casos em que o acompanhamento demandar operações ou análises técnicas mais complexas, poderá ser efetuado o acompanhamento apenas das que destas não necessitarem.
- 10.7.** Havendo divergência entre a quantificação realizada pela Contratada e a realizada pela Contratante, prevalecerá a medição feita pela Contratante, até que seja comprovada pela Contratada a exatidão de sua aferição.

11. DO FATURAMENTO



- 11.1.** As notas fiscais deverão ser emitidas a cada **15 (quinze) dias**, considerando-se as entregas realizadas no período.
- 11.2.** As notas de simples remessa deverão conter o nome da Unidade Educacional em que serão entregues os produtos e fazer referência ao segmento educacional correspondente.
- 11.2.1.** As notas de simples remessa somente serão consideradas quando devidamente atestadas pelo fiscal de cada unidade educacional no momento da entrega.
- 11.3.** A Contratada deverá emitir a quantidade de Notas Fiscais necessárias a fim de discriminar, separadamente, por segmento educacional, as especificações dos produtos e o quantitativo dos gêneros alimentícios efetivamente entregues.
- 11.3.1.** A Contratante poderá solicitar a inclusão de informações mediante necessidade de adequação a procedimentos de controle, fiscalização e prestação de contas.
- 11.4.** As Notas Fiscais não aceitas pelo fiscal de contrato serão devolvidas à Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivarem sua rejeição.
- 11.5.** A devolução das Notas Fiscais não aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a prestação de serviços objeto do contrato.
- 11.6.** A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, além de seus elementos padronizados.
- 11.7.** Nas Notas Fiscais relativas aos gêneros alimentícios, emitidos pela Contratada, não poderá constar os produtos entregues dentro do mês, pelos seus produtores e/ou cooperativas da Agricultura Familiar que possuem contratos em vigência com a Secretaria Municipal de Educação.
- 11.8.** As Notas Fiscais deverão serem encaminhadas à Contratante através de Protocolização no setor de protocolo central.

12. DO PAGAMENTO



- 12.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3.** A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6.** Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 12.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 12.9.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 12.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 12.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13.** A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação pela Contratada do seguinte:
- 12.13.1.** Certidão que comprove Regularidade de Tributos Municipais junto ao Município de Teresópolis, em plena validade.
- 12.13.2.** Prova de Regularidade (certidão) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em plena validade.
- 12.13.3.** Cópia da Guia da Previdência Social – GPs e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP), referente ao último recolhimento devidamente quitado e autenticado.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1. DA CONTRATADA



- 13.1.1.** Responsabilizar-se pelos produtos a serem empregados e por todos os custos de aquisição e transporte. Bem como pela contratação, às suas expensas, da mão de obra necessária à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 13.1.2.** Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros alimentícios, incluindo equipamentos, veículos e mão de obra necessários à boa e perfeita execução do objeto. Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo seu comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.
- 13.1.3.** Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre a aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios de sua competência, comprovando, mediante apresentação de documentos, eventual isenção tributária.
- 13.1.4.** Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento.
- 13.1.5.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade, permitida a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e legais.
- 13.1.6.** Ser a responsável pela qualidade dos produtos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes, sempre que houver suspeita sobre a qualidade sanitária dos alimentos “*in natura*” ou preparados. Nesse caso, os mesmos deverão ter seu consumo suspenso e as amostras enviadas para análises laboratoriais às suas expensas.
- 13.1.7.** A Contratada deverá disponibilizar pelo menos duas linhas de comunicação (telefone e correio eletrônico), para o contato direto com a Contratante.
- 13.1.8.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 13.1.9.** Manter contingente técnico e operacional, qualificado e suficiente para adequada execução das obrigações assumidas.



- 13.1.10.** Registrar os seus empregados, cabendo-lhe todos os ônus sobre indenizações por acidentes, moléstias e outros de natureza profissional e/ou ocupacional.
- 13.1.11.** Disponibilizar aos empregados, em atendimento à legislação vigente, equipamentos de proteção individual.
- 13.1.12.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás e provendo os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, principalmente no tocante à prevenção da Covid-19;
- 13.1.13.** Fornecer todo equipamento de higiene aos seus empregados no exercício de suas funções no que diz respeito à prevenção da Covid-19.
- 13.1.14.** Exercer controle no que se refere à pontualidade das entregas.
- 13.1.15.** Submeter-se às normas de segurança sanitária das unidades escolares, em especial quanto ao acesso às suas dependências.
- 13.1.16.** Todo o suporte logístico e qualquer outro inerente à execução do objeto deste termo de referência são de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 13.1.17.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, no prazo fixado pelo órgão/entidade detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), contados da sua notificação, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
- 13.1.18.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 13.1.19.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da Contratante.

13.2. DA CONTRATANTE

- 13.2.1.** Solicitar o fornecimento do objeto à Contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento/Compra.



- 13.2.2.** Proporcionar, no que lhe cabe, todas as condições necessárias à boa execução do contrato.
- 13.2.3.** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento.
- 13.2.4.** Efetuar o encaminhamento da Nota Fiscal e demais documentos pertinentes mensalmente ao órgão municipal competente para devido pagamento após recebimento dos produtos que efetivamente entregues, bem como atestar a Nota Fiscal, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas entre os contraentes.
- 13.2.5.** Indicar funcionários para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato.
- 13.2.6.** Efetuar o controle de qualidade dos serviços e produtos ofertados pela Contratada.
- 13.2.7.** Prestar informações e esclarecimento que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito ao objeto contratado.
- 13.2.8.** Encaminhar a liberação de pagamento das Notas Fiscais da prestação de serviços aprovados, aplicando os devidos fatores de desconto, conforme relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados, em atenção as eventuais multas estabelecidas nesse termo de referência.

14. DO PREÇO

- 14.1.** Com base nos parâmetros estabelecidos na Resolução CD/FNDE N°6 de 20 de maio de 2020, nas licitações para aquisição de gêneros alimentícios do PNAE, deve-se realizar pesquisa de preços prévia mediante a utilização dos seguintes parâmetros:
- 14.1.1.** Painel de Preços do Comprasnet, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;
- 14.1.2.** Pesquisa publicada em mídia especializada e em sítios eletrônicos especializados ou de acesso público, desde que contenha a data e a hora de acesso, especialmente:



14.1.2.1. Preços da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, disponíveis em <https://www.conab.gov.br/info-agro/precos?view=default>;

14.1.2.2. Preços das Centrais Estaduais de Abastecimento – Ceasas, disponíveis em <http://www.ceasa.gov.br>;

14.1.2.3. Outros bancos informativos oficiais de preços regionais.

14.1.3. Painel de preços praticados no âmbito do PNAE, disponível em <http://www.fnnde.gov.br>;

14.1.4. Pesquisa com os fornecedores que atuem no ramo do objeto licitado, preferencialmente sediados no município, mediante solicitação e identificação formal, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de cento e oitenta dias.

14.1.4.1. A utilização do parâmetro previsto no item 14.1.4 exige a combinação de, pelo menos, mais um dos referenciais dos itens 14.1.1; 14.1.2 ou 14.1.3 demonstrada, no processo administrativo, a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

14.2. Serão utilizadas, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados no item 14.1.

14.3. Não é vedada a utilização de outros critérios ou metodologias para obtenção do preço de referência, desde que devidamente justificada pela autoridade competente e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

14.4. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial quando houver grande variação entre os valores apresentados, excluindo-se os preços manifestamente inexequíveis ou os excessivamente elevados, seguindo critérios fundamentados e registrados no processo administrativo.

14.5. O servidor responsável pela elaboração da pesquisa de preços deverá ser identificado por nome e CPF em sistema de prestação de contas gerido pelo FNDE.

15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO



- 15.1.** Em atenção ao artigo 24, inciso II da Resolução CD/FNDE Nº 6 de 8 de maio de 2020, a aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE, deverá ser realizada por meio de licitação pública, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
- 15.2.** Os contratos referentes aos processos de aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE são regidos pela Lei nº 8.666/1993 e demais dispositivos legais aplicáveis.
- 15.3.** Em atenção ao artigo 27, inciso I, da Resolução CD/FNDE Nº 20 de 2 de dezembro de 2020, o edital deverá conter a exigência de orçamento detalhado e previsão de critérios de aceitabilidade de preço unitário e global para afastar o risco de distorções futuras na proposta vencedora.
- 15.4.** A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- 15.5.** Em consonância com o Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 4.845/2017, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o SRP por prazo fixo e determinado para o objeto deste certame.
- 15.6.** Ainda segundo o Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 4.845/2017, o município de Teresópolis não está obrigado a contratar o quantitativo mencionado, posto que as aquisições serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.
- 15.7.** O SRP visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/vencedora/Contratada poderá exigir do município de Teresópolis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços que será de 12 (doze) meses.
- 15.8.** Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preço na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, com o objetivo de formar Cadastro de Reserva, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.



15.9. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 14.7, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.9.1. A habilitação dos fornecedores que comporão o Cadastro de Reserva a que se refere o item 15.7 deste termo de referência será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos itens 15.8 e 15.9 deste termo de referência.

15.10. O registro do fornecedor será cancelado quando:

15.10.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.10.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.10.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.10.4. E outras hipóteses na forma da lei.

15.11. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e IV do item 14.8 deste termo será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador da Ata, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.12. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.12.1. Por razão de interesse público; ou

15.12.2. A pedido do fornecedor, que poderá ser liberado quando:

15.12.2.1. O preço de mercado esteja superior ao preço registrado e o fornecedor não puder mantê-lo; e

15.12.2.2. A comunicação deste fato ocorra antes do pedido de fornecimento.

15.13. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por todos os órgãos participantes e licitantes classificados.

15.14. É de exclusiva competência da Prefeitura Municipal de Teresópolis a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, registrando sua



intenção de registro e administração das atas em vigor pelo Departamento de Suprimentos e Licitações da Secretaria Municipal de Administração.

15.15. A Vencedora obriga-se a assinar o instrumento contratual decorrente desta em no máximo, 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da notificação para sua assinatura.

15.16. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal Nº. 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Procuradoria Geral do Município de Teresópolis.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. A Licitante deverá apresentar Certidões ou Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado que comprovem a execução anterior de serviços pertinentes e compatíveis em características, prazos e quantidades com o objeto licitado.

17.2. Alvará Sanitário expedido pelo órgão competente municipal ou estadual, conforme o caso.

18. DO JULGAMENTO

18.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

18.1.1. Os itens e as suas respectivas quantidades gerais estimadas encontram-se descritos nos Apêndices I e II deste Termo de Referência.

18.2. A avaliação pelos setores técnicos da Secretaria Municipal de Educação indica a inviabilidade do fracionamento do objeto por item, tendo em vista que tal fracionamento deve acontecer apenas quando respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. A realização de contratações independentes, por cada item dos gêneros destinados à composição da merenda escolar, tornaria dificultoso o gerenciamento conjunto e simultâneo de todos eles, considerando a necessária sinergia que deve existir na execução de



cada uma para ser obtido um processo eficaz e eficiente, uma vez que a falha e algum deles poderá comprometer a qualidade da merenda escolar como um todo, gerando prejuízos aos alunos.

- 18.3.** Nas palavras do jurista Marçal Justen Filho “ *Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória.*” (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13º ed. São Paulo: Dialética, 2009, pg. 265).
- 18.4.** Neste termos esclarece Daniel Carvalho Carneiro que: “*a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, pondo em risco a satisfação do interesse público em questão.*” (In O parcelamento da contratação na lei de licitações. Revista Diálogo Jurídico, ano IV, n.3, setembro/2004, p.85/95).
- 18.5.** O fornecimento de gêneros alimentícios por múltiplos fornecedores simultâneos tornaria por demais complexos os processos de fiscalização, controle e gerenciamentos dos objetos contratados, considerando-se a extensão da rede pública municipal, a existência de outros contratos relativos à aquisição de hortifrúti e gêneros estocáveis respectivamente, a capacidade operacional dos recursos humanos disponíveis e as particularidades de cada unidade educacional, ocasionando um cenário desfavorável à gestão da coisa pública, uma vez que poderá comprometer a eficiência e eficácia desses procedimentos. Tal opção tem foco na obtenção de vantagem para o Município, ou seja, a busca de uma solução que busque o equilíbrio entre o valor econômico e a qualidade na execução do objeto contratado.
- 18.6.** De encontro, o acórdão N° 3140/2006 do TCU aborda que exageradas divisões do objeto podem maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa uma contratação. Ademais, é legítima a reunião de elementos de mesmas características, quando a adjudicação de itens isolados onerar o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, conforme apregoa o Acórdão do TCU N° 5301/2013 - Segunda Câmara, Rel. Min. André Luis.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1.** Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos:



- 19.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
- 19.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- 19.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- 19.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.
- 19.1.5.** Cometer fraude fiscal.
- 19.1.6.** Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas.
- 19.1.7.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- 19.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.2.1.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurar a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.
- 19.2.2.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 19.2.2.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 19.2.3.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.
- 19.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 19.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



- 19.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.4.1.** As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;
- 19.4.2.** Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 19.4.3.** Caso após a defesa prévia da empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias;
- 19.4.4.** Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem 23.4.1, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 19.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.7.** As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência (Anexo I).
- 19.8.** O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido.
- 19.9.** O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 20.1.** Caberá a direção das unidades educacionais, informar antecipadamente ao Serviço de Educação Alimentar da Secretaria Municipal de Educação sobre a dispensa de aulas que representem significativa redução na alimentação preparada em virtude de atividades escolares diversa (reuniões pedagógicas, passeios, jogos, torneios etc.) realizadas fora da unidade escolar.
- 20.2.** As demais normas que disciplinarão o processo de licitação serão editadas em conformidade com os órgãos competentes, responsáveis pelos atos licitatórios.
- 20.3.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

21. DOS MODELOS DE ANEXOS

21.1. Fazem parte deste termo de referência, os modelos de anexo demonstrados, conforme a relação abaixo:

- **Apêndice I** - Especificações Técnicas dos Gêneros Alimentícios.
- **Apêndice II** – Quantitativo Geral de Gêneros Alimentícios e por Segmento Educacional.
- **Apêndice III** - Estimativa Mensal de Gêneros Alimentícios.
- **Apêndice IV** – Matrículas Totais de Alunos por Unidade Educacional.
- **Apêndice V** – Relação das Unidades Educacionais com Endereços.
- **Anexo VI** – Planilha de Formação de Preços.

Satiele de Sequeira Santos
Secretária Municipal de Educação
Matrícula 1.14054-1



APÊNDICE I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ALIMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

	Gênero
1.	CARNE MÚSCULO: Carne Bovina em Cubos tipo músculo congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.
2.	CARNE PATINHO (TRASEIRO): Carne Bovina em Cubos tipo patinho congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.
3.	FÍGADO: Fígado bovino, congelado, de abate recente. - Coloração: Cor própria sem manchas esverdeadas; - Textura e odor: Característico; não amolecido, não pegajoso e isento de sujidades. Deverá ser congelado à temperatura de -18° C (dezoito graus centígrados negativos) ou inferior. Deverá apresentar-se livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. As características microbiológicas deverão estar de acordo com os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº12 de 02/01/01, ANVISA. Embalagem 1kg.
4.	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO): Peito de Frango sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.
5.	COXA E SOBRE COXA (SEM OSSO): Filé coxa e sobrecoxa sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção



	veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.
6.	MOELA: Moela de frango, congelada, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo ou bem lacradas, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA OU SIM), data de fabricação e validade. Embalados 1 kg.
7.	PEIXE: Peixe Cação ou em Postas, limpo, sadio, congelado, íntegros, eviscerados, sem osso, apresentando carne firme, elástica, cor branca, rosada e odor característico. Isento de: vestígios de descongelamento, livre de resíduos de vísceras, líquido leitoso, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.



APÊNDICE II

FREQUÊNCIA DA PER CAPTA - BERÇARIO - 381 alunos - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,025	73	695
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,025	41	391
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,025	128	1219
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,025	25	238
5	FÍGADO BOVINO	0,025	16	152
6	MOELA	0,025	7	67
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,040	9	137

FREQUÊNCIA DA PER CAPTA - CRECHE - 1496 ALUNOS - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,030	73	3276
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,030	41	1840
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,030	128	5745
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,030	25	1122
5	FÍGADO BOVINO	0,030	16	718
6	MOELA	0,030	7	314
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,045	9	606



FREQÜÊNCIA DA PER CAPTA - CEMEI - 3.232 alunos - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,040	46	5947
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,000	-	0
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,040	48	6205
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,040		0
5	FÍGADO BOVINO	0,040	16	2068
6	MOELA	0,040	8	1034
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,055	9	1600

FREQÜÊNCIA DA PER CAPTA - FUNDAMENTAL I E II - 15.236 ALUNOS - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,050	46	35.043
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,050	-	0
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,050	48	36.566
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,050		0
5	FÍGADO BOVINO	0,050	16	12.189
6	MOELA	0,050	8	6.094
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,065	9	8.913

FREQÜÊNCIA DA PER CAPTA - INTEGRAL - 391 alunos - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,050	73	1427
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,050	41	802
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,050	128	2502
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,050	25	489
5	FÍGADO BOVINO	0,050	16	313
6	MOELA	0,050	7	137
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,065	9	229



FREQÜÊNCIA DA PER CAPTA - EJA 248 alunos - TR 057/2021

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	PER CAPITA	FREQUENCIA 160 DIAS	
			Quantitativo de vezes em que o gênero será servido	Total (Kg) / (L) por total alunos
1	CARNE BOVINA PATINHO	0,070	46	799
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	0,070	-	0
3	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	0,070	48	833
4	FILÉ DE COXA E SOBRECOXA SEM OSSO	0,070		0
5	FÍGADO BOVINO	0,070	16	278
6	MOELA	0,070	8	139
7	FILÉ DE CAÇÃO	0,085	9	190

ANEXO II - Termo de Referência N° 057/2021

QUANTITATIVO GERAL DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - (160 DIAS LETIVOS) - 21.037 ALUNOS

Nº.	GÊNEROS CARNEOS	BERÇÁRIO	CRECHE	CEMEI	FUNDAMENTAL	INTEGRAL	EJA	TOTAL (KG/L)	ESTIMADO
									(embalagem)
1	CARNE BOVINA PATINHO (TRASEIRO) 1Kg	695	3.276	5.947	35.043	1.427	799	47.187	47.187
2	CARNE BOVINA MÚSCULO 1Kg	391	1.840	0	0	802	0	3.032	3.032
3	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO) 1Kg	1.219	5.745	6.205	36.566	2.502	833	53.071	53.071
4	COXA E SOBRECOXA (SEM OSSO) 1Kg	238	1.122	0	0	489	0	1.849	1.849
5	FÍGADO BOVINO 1Kg	152	718	2.068	12.189	313	278	15.718	15.718
6	MOELA 1Kg	67	314	1.034	6.094	137	139	7.785	7.785
7	PEIXE (CAÇÃO) 1Kg	137	606	1.600	8.913	229	190	11.674	11.674



APÊNDICE III

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE MENSAL DE GÊNEROS POR UNIDADE EDUCACIONAL - ENTREGA QUINZENAL								
UNIDADES ESCOLARES - ZONA URBANA	GÊNEROS KG	CARNÊ BOVINA PATINHO	CARNÊ BOVINA MÚSCULO 1*	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	FILÉ DE COXA E SOBRECORA SEM OSSO	FÍGADO BOVINO	MOELA	FILÉ DE CAÇÃO
CE Beatriz Silva	566	113,2	0	169,8	56,6	56,6	56,6	39,62
CE Helena Paula Tavares	286	57,2	0	85,8	28,6	28,6	28,6	20,02
CE Nossa Senhora de Fátima	419	83,8	0	125,7	41,9	41,9	41,9	29,33
CE Roger de Souza Malhardes	489	97,8	0	146,7	48,9	48,9	48,9	34,23
CE Rose Dalmaso	486	97,2	0	145,8	48,6	48,6	48,6	34,02
EM Antônio Santiago	216	43,2	0	64,8	21,6	21,6	21,6	15,12
EM Ginda Bloch	218	43,6	0	65,4	21,8	21,8	21,8	15,26
EM Manoel da Silveira Medeiros Sobrinho	218	43,6	0	65,4	21,8	21,8	21,8	15,26
EM Paulo Freire	594	118,8	0	178,2	59,4	59,4	59,4	41,58
EM Sakurá	416	83,2	0	124,8	41,6	41,6	41,6	29,12
EM Anna Barbosa Moreira (EEM)	117	23,4	0	35,1	11,7	11,7	11,7	8,19
EM Hermínia Josetti (EEM)	115	23	0	34,5	11,5	11,5	11,5	8,05
EM Hilário Ribeiro (EEM)	101	20,2	0	30,3	10,1	10,1	10,1	7,07
EM Izabel Rita da Veiga (EEM)	68	13,6	0	20,4	6,8	6,8	6,8	4,76
EM Prof. João Adolpho Josetti (EEM)	117	23,4	0	35,1	11,7	11,7	11,7	8,19
EM Prof. Sylvio Amaral dos Santos (EEM)	113	22,6	0	33,9	11,3	11,3	11,3	7,91
CIEP Prof. Amaury Amaral dos Santos	878	175,6	0	263,4	87,8	87,8	87,8	61,46
EM Alice Saldanha (Tiro)	86	17,2	0	25,8	8,6	8,6	8,6	6,02
EM Belkis Frony Morgado	311	62,2	0	93,3	31,1	31,1	31,1	21,77
EM Chiquinha Rolla	137	27,4	0	41,1	13,7	13,7	13,7	9,59
EM Dorvalino de Oliveira	122	24,4	0	36,6	12,2	12,2	12,2	8,54
EM Elza de Oliveira Tricano	63	12,6	0	18,9	6,3	6,3	6,3	4,41
EM Estado de Israel	128	25,6	0	38,4	12,8	12,8	12,8	8,96
EM Governador Portella	106	21,2	0	31,8	10,6	10,6	10,6	7,42
EM Heleno de Barros Nunes	81	16,2	0	24,3	8,1	8,1	8,1	5,67
EM José Gonçalves da Silva	146	29,2	0	43,8	14,6	14,6	14,6	10,22
EM Lar de Isabel	131	26,2	0	39,3	13,1	13,1	13,1	9,17
EM Maçon Lino Oroña Lema	243	48,6	0	72,9	24,3	24,3	24,3	17,01
EM Manoel Alves Moreira	74	14,8	0	22,2	7,4	7,4	7,4	5,18
EM Manoel José Fernandes	79	15,8	0	23,7	7,9	7,9	7,9	5,53
EM Marília de Oliveira e Silva Porto	90	18	0	27	9	9	9	6,3
EM Pastor Assis Cabral	248	49,6	0	74,4	24,8	24,8	24,8	17,36
EM Pernalonga	41	8,2	0	12,3	4,1	4,1	4,1	2,87
EM Profª Aclimea de Oliveira Nascimento	227	45,4	0	68,1	22,7	22,7	22,7	15,89
EM Profª Ana Claudia Ferreira Martins	0	0	0	0	0	0	0	0
EM Profª Floripes Langoni Ferro	90	18	0	27	9	9	9	6,3
EM Profª Irene Sant'ana do Valle	160	32	0	48	16	16	16	11,2
EM Profª Vera Mª Vianna Pedrosa	356	71,2	0	106,8	35,6	35,6	35,6	24,92
EM Prof. Paes de Barros	83	16,6	0	24,9	8,3	8,3	8,3	5,81
EM Rotary	77	15,4	0	23,1	7,7	7,7	7,7	5,39
EM Sebastião Branco	158	31,6	0	47,4	15,8	15,8	15,8	11,06
E.M. Sebastião Mello	177	35,4	0	53,1	17,7	17,7	17,7	12,39
CM Educação Infantil Várzea	124	24,8	0	37,2	12,4	12,4	12,4	8,68
CMEI Profª Marília Morgado Carneiro	97	19,4	0	29,1	9,7	9,7	9,7	6,79
CMEIA Profª Maria Tereza Pries de Abreu	140	28	0	42	14	14	14	9,8



ESTIMATIVA DE QUANTIDADE MENSAL DE GÊNEROS POR UNIDADE EDUCACIONAL - ENTREGA QUINZENAL								
CRECHES E CEMEIS - ZONA URBANA	GÊNEROS KG/L	CARNE BOVINA PATINHO	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	FILE DE COXA E SOBRECORA SEM OSSO	FÍGADO BOVINO	MOELA	FILE DE CAÇÃO
	ALUNOS / PER CAPTA	0,24	0,15	0,48	0,09	0,06	0,06	0,05
CM Amor Perfeito	65	15,6	9,75	31,2	5,85	3,9	3,9	3,25
CM Começando a Viver	77	18,48	11,55	36,96	6,93	4,62	4,62	3,85
CM Edomiro dos Reis Pacheco	108	25,92	16,2	51,84	9,72	6,48	6,48	5,4
CM Manoel Carreiro Sobrinho	88	21,12	13,2	42,24	7,92	5,28	5,28	4,4
CM Mariazinha Janotti	74	17,76	11,1	35,52	6,66	4,44	4,44	3,7
CM Menino Jesus de Praga	52	12,48	7,8	24,96	4,68	3,12	3,12	2,6
CM Miss.Manoel de Mello e Silva	70	16,8	10,5	33,6	6,3	4,2	4,2	3,5
CM Oneide Maria dos Santos	78	18,72	11,7	37,44	7,02	4,68	4,68	3,9
CM Oscar Lobato	173	41,52	25,95	83,04	15,57	10,38	10,38	8,65
CM Paraíso	74	17,76	11,1	35,52	6,66	4,44	4,44	3,7
CM Profª Elza Corradini Medeiros Santa Rita	34	8,16	5,1	16,32	3,06	2,04	2,04	1,7
CM Profª Mara Luciana Brandão Bravo	0	0	0	0	0	0	0	0
CM Profª Rosália Martins de Lima Silva	90	21,6	13,5	43,2	8,1	5,4	5,4	4,5
CM São Pedro	83	19,92	12,45	39,84	7,47	4,98	4,98	4,15
CM Sempre Viva	110	26,4	16,5	52,8	9,9	6,6	6,6	5,5
CONVENIADAS - ZONA URBANA								
EEE Dª Castorina Faria Lima (APAE)	100	24	15	48	9	6	6	5
CC Caleme	0	0	0	0	0	0	0	0
CC CAPETTE	131	31,44	19,65	62,88	11,79	7,86	7,86	6,55
CC Coreia	0	0	0	0	0	0	0	0
CC Lar de Vovô Miguel	0	0	0	0	0	0	0	0



ESTIMATIVA DE QUANTIDADE MENSAL DE GÊNEROS POR UNIDADE EDUCACIONAL - ENTREGA QUINZENAL								
UNIDADES EDUCACIONAIS - ZONA RURAL	GÊNEROS KG/L	CARNE BOVINA PATINHO	CARNE BOVINA MÚSCULO 1°	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	FILE DE COXA E SOBRECOPA SEM OSSO	FIGADO BOVINO	MOELA	FILE DE CAÇÃO
	ALUNOS / PER CAPTA	0,2	0	0,3	0,1	0,1	0,1	0,07
CM Doraci Dália Granito	63	12,6	0	18,9	6,3	6,3	6,3	4,41
CM Profª Alayde Ferreira da Silva	134	26,8	0	40,2	13,4	13,4	13,4	9,38
CMEIA Mariana Martuchelli	96	19,2	0	28,8	9,6	9,6	9,6	6,72
EM Francisco Maria Dália (EEM)	432	86,4	0	129,6	43,2	43,2	43,2	30,24
EM Alcino Francisco da Silva	407	81,4	0	122,1	40,7	40,7	40,7	28,49
EM Profª Mariana Leite Guimarães	496	99,2	0	148,8	49,6	49,6	49,6	34,72
EM Profª Neidy Angélica de Souza Coutinho	502	100,4	0	150,6	50,2	50,2	50,2	35,14
EM Antônio Custódio (EEM)	81	16,2	0	24,3	8,1	8,1	8,1	5,67
EM Estolino Peixoto da Rocha (EEM)	106	21,2	0	31,8	10,6	10,6	10,6	7,42
EM Serra do Capim (EEM)	42	8,4	0	12,6	4,2	4,2	4,2	2,94
EM Albino Teixeira da Rocha	18	3,6	0	5,4	1,8	1,8	1,8	1,26
EM Alfredo Ignácio Jorge	70	14	0	21	7	7	7	4,9
EM Alice Suassuna	63	12,6	0	18,9	6,3	6,3	6,3	4,41
EM Amélia dos Santos Ramos	48	9,6	0	14,4	4,8	4,8	4,8	3,36
EM Cônego José	17	3,4	0	5,1	1,7	1,7	1,7	1,19
EM Fazenda Alpina	22	4,4	0	6,6	2,2	2,2	2,2	1,54
EM Guilhermina de Almeida	34	6,8	0	10,2	3,4	3,4	3,4	2,38
EM José Alves Ferreira	86	17,2	0	25,8	8,6	8,6	8,6	6,02
EM José Duarte Magalhães	39	7,8	0	11,7	3,9	3,9	3,9	2,73
EM Laura da Conceição Damásio	28	5,6	0	8,4	2,8	2,8	2,8	1,96
EM Manoel Narciso do Canto	70	14	0	21	7	7	7	4,9
EM Maria da Glória Gonçalves	128	25,6	0	38,4	12,8	12,8	12,8	8,96
EM Maria Mendes	51	10,2	0	15,3	5,1	5,1	5,1	3,57
EM Mons. Mário do Carmo Bennassi	119	23,8	0	35,7	11,9	11,9	11,9	8,33
EM Nadir Veiga Castanheira	266	53,2	0	79,8	26,6	26,6	26,6	18,62
EM Nossa Senhora Aparecida	10	2	0	3	1	1	1	0,7
EM Paulino Custódio de Rezende	72	14,4	0	21,6	7,2	7,2	7,2	5,04
EM Pedro Torres Leite	56	11,2	0	16,8	5,6	5,6	5,6	3,92
EM Rui Barbosa	43	8,6	0	12,9	4,3	4,3	4,3	3,01
EM Sizenando Adolfo Tayt-Sohn	215	43	0	64,5	21,5	21,5	21,5	15,05
EM Stella Moraes Simões	126	25,2	0	37,8	12,6	12,6	12,6	8,82
EM Tiago Pacheco de Medeiros	99	19,8	0	29,7	9,9	9,9	9,9	6,93
EM Wenceslau Brás	88	17,6	0	26,4	8,8	8,8	8,8	6,16



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
 Secretaria Municipal de Administração
 Departamento de Suprimentos e Licitação
 www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ
 PROCESSO N ° 22.913/2021

RUBRICA: FLS.:

APÊNDICE IV

Unidade Escolar	Quantitativo de ALUNOS														TOTAL	Quantitativo de TURMAS														TOTAL				
	Berçário	Maternal	Jardim	Pré-I	Pré-II	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano		Ac(6º/7º)	Ac(8º/9º)	Berçário	Maternal	Jardim	Pré-I	Pré-II	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano		8º ano	9º ano	Ac(6º/7º)	Ac(8º/9º)
CM Amor Perfeito	20	40	19														79	1	2	1														4
CM Começando a viver	21	42	39															102	1	2	2													5
CM Edomiro dos Reis Pacheco	25	27	38															90	1	1	2													4
CM Manoel Carreiro Sobrinho	23	25	44															92	1	1	2													4
CM Marizinha Jannotti	21	46	47															114	1	2	2													5
CM Menino Jesus de Praga	25	25	25															75	1	1	1													3
CM Missionário Manoel Mello Silva	18	33	47															98	1	2	2													5
CM Oneide Maria dos Santos	X	26	53															79	X	2	3													5
CM Oscar Lobato	49	102	124															275	2	4	5													11
CM Paraíso	25	23	30															78	1	1	2													4
CM Profª Elza Corradini M. S. Rita	21	35	60															116	1	2	3													6
CM Profª Mara Luciana Brandão Bravo	16	17	29															62	1	1	2													4
CM Profª Rosália Martins de Lima Silva	18	17	34															69	1	1	2													4
CM São Pedro	25	25	50															100	1	1	2													4
CM Sempre Viva	25	40	42															107	1	2	2													5
CMEI Várzea				98	147													245				5	7											12
CMEI Manila Morgado			36	107	109													252			2	5	5											12
CC Capette		11	24	31	34													100		1	1	2	2											6
CC Caleme		4	17															21			1													1
CC Coréia			17	17	14													48			1	1	1											3
CC Lar Vovô Miguel			12	12	13													37			1	1	1											3
CM Doraci Dália Granito	30	32	40															102	2	2	2													6
CM Profª Alayde Ferreira da Silva	19	20	38	59														136	1	1	2	3												7
CM Mariana Martuchelli	X	17	24	25	30													96	X	1	1	1	1											4
CRMEIA Maria Tereza Pries de Abreu				41	23	52	42	76										234			2	1	2	2	3									10
CIEP Prof. Amaury Amaral				100	114	143	123	98	141	104								823			2	6	6	5	4	6	4							35
EM Aclímea					27	19	26	24	70									166					2	1	1	1	3							8
EM Alice Saldanha (Tiro)				23	24	25	24	26	24	20								166			1	1	1	1	1	1	1							7
EM Anna Barbosa Moreira				20	21	21	23	28	27	24								164			1	1	1	1	1	1	1							7
EM Antônio Santiago					43	86	86	80	95	128								518			2	2	4	4	3	4	5							24
EM Belkis Frony Morgado				22		36	89	84	98	76								405			1	X	2	4	4	4	3							18
EM Chiquinha Rolla				34	37	49	44	55	59	52								330			2	2	2	2	2	2	2							14
EM Dorvalino de Oliveira				19	24	36	36	42	25	42								224			1	1	2	2	2	1	2							11
EM Elza de Oliveira Tricano				18	19	21												58			1	1	1											3
EM Estado de Israel				22	25	25	20	38	25	26								181			1	1	1	1	2	1	1							8
EM Flóripes Langoni Ferro				44	45	46	49											184			2	2	2	2										8
EM Governador Portella				14	11	18	21	24										88			1		1	1										4
EM Hermínia Josetti					36	61	65	62	54									278					2	3	3	3	3							14
EM Hilário Ribeiro				7	7	6	8	7	6									41			1		1		1									3
EM Irene Sant'ana do Valle				26	23	25	22	37	39	27								199			1	1	2	1	2	2	1							10
EM Izabel Rita da Veiga				16	20	21	18											75			1	1	1	1										4
EM João Adolpho Josetti								14	27	17								58						1	1	1								3
EM José Gonçalves da Silva				37	40	48	36	39	48	31								279			2	2	2	2	2	2	1							13
EM Lar de Isabel				30	21	19	40	42	25	23								200			2	1	1	2	2	1	1							10
EM Maçon Lino Oroñha Lema					69	72	75	88	120									424					3	3	3	3	4							16
EM Manoel Alves Moreira				12	12	11	18	18	14	14								99			1		1	1	1	1	1							6
EM Manoel José Fernandes				23	21	25	36	22	25	24								176			1	1	1	2	1	1	1							8
EM Marília Porto				36	46	40	46	32										200			2	2	2	2	2									10
EM Paes de Barros						22	48	40	25									135					1	2	2	1								6
EM Pastor Assis Cabral				22	26	31	16	40	28	34								197			1	1	2	1	2	1	2							10
EM Pernalonga				52	56													108			3	3												6

Satiele de Sequeira
 Santos
 Secretária Municipal
 de Educação
 Mat. 1.14054-1



APÊNDICE V

Relação das Unidades Educacionais e Endereços

Zona Urbana

N.º	Unidades Escolares	Endereço
01	CE Beatriz Silva	Rua Dr. Oliveira, 700 – Barra do Imbuí
02	CE Helena Paula Tavares	Praça Dom Quixote, 47 – Araras
03	CE Nossa Senhora de Fátima	Rua Tiete, s/nº - Bairro de Fátima
04	CE Roger de Souza Malhardes	Rua São Pedro, s/nº - Bairro São Pedro
05	CE Rose Dalmaso	Rua Palmira Mª de Oliveira, 131 – Bairro São Pedro
06	EM Antônio Santiago	Rua Cel. Antônio Santiago, 261 – Agriões
07	EM Ginda Bloch	Praça Nilo Peçanha, s/nº - Alto
08	EM Manoel da Silveira Medeiros Sobrinho	Rua Cel. José Ribeiro, 275 – Vale Paraíso
09	EM Paulo Freire	Rua Coronel Borges, 302 – Vale Paraíso
10	EM Sakurá	Praça José A. Vieira, s/nº - Ermitage
11	EM Anna Barbosa Moreira (EEM)	Rua Américo Berlim, s/nº - Loteamento Féo
12	EM Hermínia Josetti (EEM)	Rua Ieda Rosa, 521 – Tijuca
13	EM Hilário Ribeiro (EEM)	Estr. Quebra Frascos, s/nº - Quebra Frascos
14	EM Izabel Rita da Veiga (EEM)	Praça Eduardo Parizot, s/nº - Parque do Imbuí
15	EM Prof. João Adolpho Josetti (EEM)	Estrada José Gomes da Costa, 355 – Posse
16	EM Prof. Sylvio Amaral dos Santos (EEM)	Alameda Caxinauás, s/n.º - Granja Guarani
17	CIEP Prof. Amaury Amaral dos Santos	BR 116, Km 78 – Fonte Santa
18	EM Alice Saldanha (Tiro)	Rua Armando Vieira, s/n.º - Morro do Tiro
19	EM Belkis Frony Morgado	Rua Rosa Cardoso, s/nº - Bairro São Pedro
20	EM Chiquinha Rolla	Rua Beira Linha, s/n.º - Beira Linha
21	EM Dorvalino de Oliveira	Rua Tamoio, 35 - Meudon
22	EM Elza de Oliveira Tricano	Rua Arlindo Carreiro, s/nº - Paineiras
23	EM Estado de Israel	Rua Gustavo Perret, s/n.º - Jardim Salaco
24	EM Governador Portella	Rua Lucília Bastos Pereira, s/nº – Bairro dos Pinheiros
25	EM Heleno de Barros Nunes	Rua Pedro Eleotério de Oliveira, 2 730 – Fischer
26	EM José Gonçalves da Silva	Estrada Bom Jardim, s/nº - Caleme
27	EM Lar de Isabel	Rua Dr. Oliveira, 321 – Pimenteiras
28	EM Maçom Lino Oroña Lema	Rua Prefeito Sebastião Teixeira, 220 – Tijuca
29	EM Manoel Alves Moreira	Rua Jorge Melick, s/nº - Corta Vento
30	EM Manoel José Fernandes	Rua Guaicurus, 310 – Jardim Meudon
31	EM Marília de Oliveira e Silva Porto	Rua Cecília Meirelles, 517 – Sta.Cecília
32	EM Pastor Assis Cabral	Av. Presidente Roosevelt, s/nº - Barra do Imbuí
33	EM Pernalonga	Rua Nadir de Oliveira Furtado, 53 - São Pedro
34	EM Profª Aclimea de Oliveira Nascimento	Rua São Pedro, s/nº - São Pedro



35	EM Profª Floripes Langoni Ferro	Rua das Paineiras, 25 – Paineiras
36	EM Profª Irene Sant'ana do Valle	Rua Manoel Carreiro de Mello, 1 034 – Pimentel
37	EM Profª Vera Mª Vianna Pedrosa	Rua Charruas, 225 – Meudon
38	EM Prof. Paes de Barros	Rua Marechal Rondon, 17 - Vila Muqui
39	EM Rotary	Rua Oscar Jose Silva, s/nº - Pimenteiras
40	EM Sebastião Branco	Trav. José Godim de Oliveira s/nº - São Pedro
41	E.M. Sebastião Mello	Rua Acre, 432 – Barroso

Zona Rural

N.º	Unidades Escolares	Endereço
42	CM Doraci Dália Granito	Estr. Tere-Frib., Km 29 - Bonsucesso - 3º distrito
43	CM Profª Alayde Ferreira da Silva	Rua Diógenes Pedro da Costa, s/nº - Vargem Grande
44	CMEIA Mariana Martuchelli	Estr. Tere-Frib., Independente de Mottas - 3º distrito
45	EM Francisco Maria Dália (EEM)	Estr. Tere-Frib., Km 28 - Bonsucesso - 3º distrito
46	EM Alcino Francisco da Silva	Estr. Rio-Bahia, Km 40 - Volta do Pião - 2º distrito
47	EM Profª Mariana Leite Guimarães	Estr. Tere-Frib., Km 28 - Bonsucesso - 3º distrito
48	EM Profª Neidy Angélica de Souza Coutinho	Rua Manoel da Rosa Filho, s/nº - Vargem Grande
49	EM Antônio Custódio (EEM)	Estr. Tere-Frib., Km 42 - Vieira - 3º distrito
50	EM Estolino Peixoto da Rocha (EEM)	Estr. Rio Bahia, Km 67 - Pessequeiros - 2º distrito
51	EM Serra do Capim (EEM)	Estr. Rio-Bahia, Km 48 - Serra do Capim - 2º distrito
52	EM Albino Teixeira da Rocha	Estr. Rio-Bahia, Km 61 - Providência - 2º distrito
53	EM Alfredo Ignácio Jorge	Estr. Rio-Bahia - Água Quente - 2º distrito
54	EM Alice Suassuna	Estr. Rio-Bahia - Cuiabá - 2º distrito
55	EM Amélia dos Santos Ramos	Estr. Rio-Bahia - Campo Limpo - 2º distrito
56	EM Cônego José	Estr. Rio-Bahia, Km 61 - Andradas - 2º distrito
57	EM Fazenda Alpina	Estr. Santa Rita - Colônia Alpina - 2º distrito
58	EM Guilhermina de Almeida	Estr. Rio-Bahia - Água Quente - 2º distrito
59	EM José Alves Ferreira	Estr. Tere-Frib., Santa Rosa - 3º distrito
60	EM José Duarte Magalhães	Estr. Tere-Frib., Prata dos Aredes
61	EM Laura da Conceição Damásio	Estr. Tere-Frib., Vale Alpino - 3º distrito
62	EM Manoel Narciso do Canto	Estr. Tere-Frib., Km 15, Vale Alpino - 3º distrito
63	EM Maria da Glória Gonçalves	Estr. Tere-Frib., Imbiú - 3º distrito
64	EM Maria Mendes	Estr. Rio-Bahia - Cruzeiro - 2º distrito
65	EM Mons. Mário do Carmo Bennis	Estr. Tere-Frib., Serra do Palmital - 3º distrito
66	EM Nadir Veiga Castanheira	Estr. Rio-Bahia, Km 71 - Três Córregos
67	EM Nossa Senhora Aparecida	Estr. Tere-Frib., Serra do Calado Vieira - 3º distrito
68	EM Paulino Custódio de Rezende	Estr. Isaías Vidal, s/nº - Canoas
69	EM Pedro Torres Leite	Estr. Rio-Bahia - Santa Rita - 2º distrito



70	EM Rui Barbosa	Estr. Rio-Bahia, Km 46 - Gamboa - 2º distrito
71	EM Sizenando Adolfo Tayt-Sohn	Estr. Tere-Frib., Km 36 - Mottas - 3º distrito
72	EM Stella Moraes Simões	Estr. Tere-Frib., Km 12 - Vargem Grande
73	EM Tiago Pacheco de Medeiros	Estr. Tere-Frib., Km 15 - Venda Nova - 3º distrito
74	EM Wenceslau Brás	Estr. Tere-Frib., Albuquerque

CMEI'S e Creches - Zona Urbana

N.º	Unidades Escolares	Endereço
75	CM Educação Infantil Várzea	Rua Prefeito Sebastião Teixeira, 285 - Tijuca
76	CMEI Profª Marília Morgado Carneiro	Praça Higino da Silveira, 138 - Alto
77	CMEIA Profª Maria Tereza Pries de Abreu	Rua Tenente Luiz Meireles, 1 189 - Bom Retiro
78	CM Amor Perfeito	Rua Manoel Carreiro de Mello, s/nº - Pimentel
79	CM Começando a Viver	Rua Flávio Bortolluzzi de Souza, s/nº - Granja Guarani
80	CM Edomiro dos Reis Pacheco	Rua Vicente Celestino, 150, Barra do Imbuí
81	CM Manoel Carreiro Sobrinho	Av. Pres. Roosevelt, 1 516 - Barra do Imbuí
82	CM Mariazinha Janotti	Rua Paraná, s/nº - Bairro de Fatima
83	CM Menino Jesus de Praga	Estrada Rio Bahia, Km 78 - Fonte Santa
84	CM Miss.Manoel de Mello e Silva	Rua João Batista Pires, 78 - Agriões
85	CM Oneide Maria dos Santos	Rua Padre Tintório, 45 - Várzea
86	CM Oscar Lobato	Rua São Pedro, 295 - São Pedro
87	CM Paraíso	Estrada da Prata, s/nº - Vale Paraíso
88	CM Profª Elza Corradini Medeiros Santa Rita	Rua Tenente Luiz Meireles, 1 189 - Bom Retiro
89	CM Profª Mara Luciana Brandão Bravo	Rua Paraná, 676 - Bairro de Fatima
90	CM Profª Rosália Martins de Lima Silva	Estrada Rio Bahia, Km 78 - Fonte Santa
91	CM São Pedro	Rua Luiz Nogueira Júnior, 771 - São Pedro
92	CM Sempre Viva	Rua Caramuru, 114 - Meudon

Conveniadas – Zona Urbana

N.º	Unidades Escolares	Endereço
93	EEE Dª Castorina Faria Lima (APAE)	Rua Wilhelm Cristian Klemer, 700 - Ermitage
94	CC Caleme	Rua Melro, 50 - Caleme
95	CC CAPETTE	Rua Jurema, 73 - Agriões
96	CC Coreia	Rua Manoel Martins Viana, 133 - Meudon (Coréia)
97	CC Lar de Vovô Miguel	Rua Fernando Luz Filho, 250, Meudon



APÊNDICE VI

ANEXO VI – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

CÁRNEOS						
ITEM:	CATMAT	QUANT.	UNI.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	449724	47.187	KG	CARNE PATINHO (TRASEIRO): Carne Bovina em Cubos tipo patinho congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeadada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$	R\$
2	447496	3.032	KG	CARNE MÚSCULO: Carne Bovina em Cubos tipo músculo congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeadada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06	R\$	R\$



				(seis) meses, a contar da data de entrega.		
3	447484	15.718	KG	FÍGADO: Fígado bovino, congelado, de abate recente. - Coloração: Cor própria sem manchas esverdeadas; - Textura e odor: Característico; não amolecido, não pegajoso e isento de sujidades. Deverá ser congelado à temperatura de -18° C (dezoito graus centígrados negativos) ou inferior. Deverá apresentar-se livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. As características microbiológicas deverão estar de acordo com os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº12 de 02/01/01, ANVISA. Embalagem 1kg.	R\$	R\$
4	447581	32.177	KG	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO): Peito de Frango sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$	R\$
5	451063	23.651	KG	COXA E SOBRE COXA (SEM OSSO): Filé coxa e sobrecoxa sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade,	R\$	R\$



				carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
6	447589	7.785	KG	MOELA: Moela de frango, congelada, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo ou bem lacradas, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA OU SIM), data de fabricação e validade. Embalados 1 kg.	R\$	R\$
7	448929	11.674	KG	PEIXE: Peixe Cação ou em Postas, limpo, sadio, congelado, íntegros, eviscerados, sem osso, apresentando carne firme, elástica, cor branca, rosada e odor característico. Isento de: vestígios de descongelamento, livre de resíduos de vísceras, líquido leitoso, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$



ANEXO II

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ em estrito cumprimento ao previsto no processo administrativo nº 22.913/2021, e processo licitatório Pregão Eletrônico nº 094/2021 da licitação em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS POR 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PROTEÍNAS (CARNES)**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Teresópolis** na forma abaixo discriminada, que serão distribuídas conforme solicitação:

ITEM	CATMAT	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	447496	3.032	KG	CARNE MÚSCULO: Carne Bovina em Cubos tipo músculo congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeadada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
2	449724	47.187	KG	CARNE PATINHO (TRASEIRO): Carne Bovina em Cubos tipo patinho congelada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeadada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento,	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX



				odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
3	447484	15.718	KG	FÍGADO: Fígado bovino, congelado, de abate recente. - Coloração: Cor própria sem manchas esverdeadas; - Textura e odor: Característico; não amolecido, não pegajoso e isento de sujidades. Deverá ser congelado à temperatura de -18° C (dezoito graus centígrados negativos) ou inferior. Deverá apresentar-se livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. As características microbiológicas deverão estar de acordo com os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº12 de 02/01/01, ANVISA. Embalagem 1kg.	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
4	447581	32.177	KG	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO): Peito de Frango sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
5	451063	23.651	KG	COXA E SOBRE COXA (SEM OSSO): Filé coxa e sobrecoxa sem osso, limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, peso líquido de 1 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX



				e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.		
6	447589	7.785	KG	MOELA: Moela de frango, congelada, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo ou bem lacradas, com denominação do nome do produto, fabricante, endereço, registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA OU SIM), data de fabricação e validade. Embalados 1 kg.	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
7	448929	11.674	KG	PEIXE: Peixe Cação ou em Postas, limpo, sadio, congelado, íntegros, eviscerados, sem osso, apresentando carne firme, elástica, cor branca, rosada e odor característico. Isento de: vestígios de descongelamento, livre de resíduos de vísceras, líquido leitoso, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ XXX,XX

VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$ XXX.XXX
------------------------------	--------------------

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO III:

ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ em estrito cumprimento ao previsto no processo administrativo nº 22.913/2021, e processo licitatório Pregão Eletrônico nº 094/2021 da licitação em epígrafe, na forma abaixo discriminada, apresenta a sua situação financeira a ser aferida por meio dos índices de liquidez corrente – LC, liquidez geral – LG e solvência geral – SG.

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral índice maior ou igual a 1,00

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

(nome completo e CRC do contador responsável)



ANEXO IV:

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos XX dias do mês de XX do ano de dois mil e dezenove, de um lado o Município de Teresópolis através da Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis, neste ato representado pelo FUNÇÃO _____, Sr(a). NOME COMPLETO _____ nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, e, de outro lado, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ vencedora e adjudicatária do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 094/2021 resultante no processo administrativo nº 22.913/2021, supra referido, doravante denominada simplesmente DETENTORA, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com o ajustado a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

- 1.1. Constitui objeto desta ata o registro do preço, para fornecimento pela DETENTORA, ao Município de Teresópolis do(s) seguinte(s) objeto: realizar **REGISTRO DE PREÇOS POR 12 (DOZE) MESES PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PROTEÍNAS (CARNES)**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de Teresópolis**, conforme processo licitatório Pregão Eletrônico nº 094/2021 resultante do processo administrativo nº 22.913/2021, e a proposta da DETENTORA, cujos termos são parte integrante do presente instrumento.
- 1.2. As despesas decorrentes de futuras contratações correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:
- 1.3. Secretaria Municipal de Educação

Dotação Orçamentária

Educação Infantil



02.009.12.365.0034.2048 3.3.90.30.00.00 FONTE 100 CONTA 420

02.009.12.365.0034.2048 3.3.90.30.00.00 FONTE 02 CONTA 418

Ensino Fundamental

02.009.12.361.0034.2045 3.3.90.30.00.00 FONTE 100 CONTA 370

02.009.12.361.0034.2045 3.3.90.30.00.00 FONTE 02 CONTA 367

Educação de Jovens e Adultos

02.009.12.366.0034.2229 3.3.90.30.00.00 FONTE 100 CONTA 437

02.009.12.361.0034.2045 3.3.90.30.00.00 FONTE 02 CONTA 436

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS:

- 2.1. O fornecimento do serviço registrado nesta Ata de Registro de Preços será requisitado através de cada unidade ao Departamento de Suprimento e Licitação, que providenciará, junto Procuradoria Geral do Município, a elaboração do Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL:

- 3.1. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá aceitar e/ou retirar o termo contratual, no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento do comunicado de disponibilidade pela detentora ou da publicação no órgão de imprensa oficial.
- 3.2. O prazo para assinatura e retirada do termo contratual poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela administração.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

- 4.1. Os preços unitários são de:

ITEM	QTD.	UNI.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX



5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

- 5.1.** Os preços registrados poderão ser adequados pelo Departamento de Suprimento e Licitação, em função da dinâmica do mercado, com adequação do seu respectivo valor, obedecendo o Decreto Municipal 4.845/2017 e a seguinte metodologia.
- 5.2.** Na forma do art. 5º, inciso III c/ §3º, inciso II da Lei nº 8.666/1993, os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser majorados, visando a eficiência e economicidade do procedimento, desde que reste comprovado pelo Detentor da Ata que o preço sofreu aumento imprevisível desde o momento da apresentação da proposta.
- 5.2.1.** O Detentor da Ata deverá protocolar, junto ao Protocolo Geral do Município, processo com a referida solicitação, juntamente com os fatos e justificativas do pedido de majoração dos preços, bem como planilhas de composição de custos, notas fiscais, dentre outros documentos capazes de comprovar o pleito;
- 5.2.1.1.** As solicitações enviadas por e-mail não serão consideradas.
- 5.2.2.** O detentor da Ata deverá protocolar pedido de revisão de preços anterior à emissão de ordem de compra e empenho, sendo certo que se for posterior à ciência do pedido de fornecimento, somente será revisto o valor de cada empenho;
- 5.2.3.** O órgão gerenciador decidirá com base nas necessidades da Administração, bem como pelos motivos e provas apresentadas pelo Detentor da Ata no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.
- 5.3.** Independentemente de solicitação da DETENTORA, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer novo valor;
- 5.4.** A majoração dos preços referente ao contrato, empenho/ordem de compras só poderá ser efetuada na hipótese de ocorrer, comprovadamente, desequilíbrio econômico financeiro que possa comprometer a relação contratual, sempre com o parecer circunstanciado da Procuradoria Geral do Município, mediante solicitação da detentora, desde que seu pedido esteja acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como, tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias primas;



- 5.5. O novo preço somente será válido após sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município e, para efeito de pagamento de fornecimentos realizados entre a data do pedido de adequação e a data da publicação, o novo preço retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela detentora.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 6.1. O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, nos termos do Art. 4º, do Decreto Municipal nº. 4.845 de 07/02/2017.
- 6.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem da adesão.
- 6.3. Os órgãos e entidades da Administração Pública que não participarem do SRP e que pretenderem aderir à Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 6.4. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o item 2.1 desta Ata de Registro de Preços fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para o órgão requisitante de adesão da utilização da ata de registro de preços, devendo tal estudo ser anexado ao pedido de adesão.
- 6.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços deverão observar os seguintes limitadores quantitativos, a serem fiscalizados pelo Órgão Gerenciador:
- 6.6. Aquisições regulares:
- a) A quantidade solicitada para cada órgão carona não poderá exceder a 100% do quantitativo total da Ata de Registro de Preços.
 - b) A soma de todas as adesões não poderá exceder ao dobro (2x) do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA:

- 7.1. Os materiais/serviços adquiridos/contratados, deverão ser entregues conforme solicitação da Secretaria, dentro do horário de funcionamento do setor respectivo, e recebidas por funcionário autorizado, de forma que será recusada a entrega dos materiais quando estes forem realizados em desacordo com o solicitado, sem qualquer ônus ou penalidade para este Órgão Municipal.
- 7.2. A administração não estará obrigada a adquirir/contratar os materiais/serviços da detentora desta ata de registro de preços,
- 7.3. É reservado o direito da Administração Municipal, de solicitar o quantitativo total registrado ou parceladamente, conforme disposto no inciso II do art. 2º do Decreto Municipal nº 4.845 de 07/02/2017.
- 7.4. Os contratos de fornecimento apenas estarão caracterizados após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento emitidas pela Departamento de Suprimentos e Licitações, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho, para cuja retirada a DETENTORA terá o prazo de três dias corridos, contados de sua convocação para fazê-lo através do Diário Oficial Eletrônico do Município;
- 7.5. A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.
- 7.6. Poderão extrapolar-se as quantidades de consumo médio estimado, desde que haja expressa anuência da detentora e necessidade da Administração;
- 7.7. Por ocasião de cada fornecimento, a DETENTORA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas do material/serviço;
- 7.8. A entrega do produto, conforme o caso será **quinzenalmente**, contados da data de recebimento pela DETENTORA de cada ordem de fornecimento;
- 7.9. A DETENTORA responsabilizar-se-á por todas os prejuízos que porventura ocasione ao Município ou a terceiros, em razão da execução do fornecimento decorrente da presente ata.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO:



- 8.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;
- 8.1.1.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documentação complementar por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 8.2.** A DETENTORA deverá encaminhar a documentação abaixo relacionada para a Secretaria Municipal de Administração:
- a) Nota Fiscal com o correto detalhamento dos itens fornecidos;
 - b) Relatório de execução, quando for o caso;
 - c) Cópia do contrato ou instrumento equivalente, inclusive eventuais aditivos;
 - d) Nota de empenho;
 - e) Comprovação de regularidade fiscal com as Fazendas:
 - I) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
 - II) Estadual (ICMS e Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER N° 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) e;
 - III) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;
 - f) Pagamento da tarifa da Abertura do Processo de Pagamento, quando for o caso, será descontado do valor a ser pago a detentora.
- 8.3.** Para atestar o recebimento definitivo dos materiais/serviços entregues, a Secretaria solicitante terá o prazo de dois (02) dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;
- 8.4.** A Secretaria não poderá receber os materiais/serviços diferentes daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 8.5.** Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata dia”;
- 8.6.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Município de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata dia”.



9. CLÁUSULA NONA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

- 9.1. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais/serviços;
- 9.2. A detentora deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;
- 9.3. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 9.4. A DETENTORA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

- 10.1. Além das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 2002 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:
 - 10.1.1. Pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;
 - 10.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
 - 10.1.3. Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
- 10.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
- 10.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 10.3.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 10.3.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
 - 10.3.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato.
 - 10.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.



- 10.3.5.** Cometer fraude fiscal.
- 10.3.6.** Deixar de apresentar amostras quando solicitadas.
- 10.3.7.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- 10.4.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 10.4.1.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste.
- 10.4.2.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 10.4.3.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 10.4.4.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.
- 10.4.5.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 10.5.** A sanção prevista no subitem 10.4.5 poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.
- 10.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.6.1.** As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;
- 10.6.2.** Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 10.6.3.** Caso após a defesa prévia da



empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

- 10.6.4.** Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem **10.6.1**, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.9.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).
- 10.10.** O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;
- 10.11.** Em todos os casos será garantido o contraditório, com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação para apresentação de defesa através de documentação encaminhada à Secretaria Municipal de Administração, localizada na Avenida Feliciano Sodré, 595, 1º Andar, Várzea, Teresópolis, RJ.
- 10.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93.
- 10.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Secretaria Municipal de Educação, observando o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA:

- 11.1.** A presente ata de registro de preço poderá ser cancelada pela administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:



- 11.1.1. Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 11.1.2. Não firmar contratos de fornecimento ou deixar de retirar notas de empenho, nos prazos previstos;
- 11.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior os praticados no mercado;
- 11.2. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa, a presente ata também poderá ser cancelada por razões de interesse público;
- 11.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nas hipóteses prevista nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 desta cláusula será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento;
- 11.4. Esta ata de registro de preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os requerimentos a serem realizados pelo contratado ou detentor de atas de registro de preços, decorrentes ou não de contratações posteriores à assinatura da Ata, deverão ser formalizados no setor de protocolo geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis, localizado na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea – Teresópolis/RJ, inclusive os de reequilíbrio, cancelamento e troca de marca.
- 12.2. Fica eleito o foro da comarca de Teresópolis para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste

E por estarem de acordo, as partes assinam a presente Ata, em duas vias de igual teor, que foi por mim lavrada, _____ (NOME).

NOME REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Função
Matrícula

DETENTORA: _____

Nome:
R.G.



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO que entre si firmam o PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS e a empresa _____ tendo por objeto o fornecimento pela empresa Contratada, de _____, na forma abaixo:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 29.138.369/0001-47, com sede administrativa na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis, RJ, doravante denominado “Contratante”, neste ato representado pelo Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº _____ exp. pelo _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, consoante disposto no Decreto Municipal nº 3.163 de 19 de outubro de 2004, e de outro lado, como “Contratada”, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº _____ exp. pelo _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliada na Rua _____, firmam o presente contrato de conformidade com o Processo Administrativo nº. _____, que se regerá pela Lei 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA: DO OBJETO: 1.1. - O presente tem por objeto o fornecimento pela empresa Contratada, de _____; 1.2. – Para cumprimento do objeto descrito no item 1.1, a empresa Contratada se obriga ao fornecimento de _____; SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 2.1. O valor unitário de será de R\$ _____ (_____); 2.1.1. - O valor global do presente é de R\$ ____ (_____); 2.1.2. Os materiais / serviços serão entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de _____, conforme solicitação; 2.2. - A Secretaria Municipal de _____, atestará o recebimento dos _____; 2.3. - O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de _____, será efetuado 30 (trinta) dias após o fornecimento do material, mediante requerimento em processo de pagamento, formalizado no Protocolo Geral desta Prefeitura devendo o Licitante apresentar, a cópia do contrato, da nota de empenho e da nota fiscal. 2.4. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como, a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.6. Os preços inicialmente contratados serão irrevogáveis, conforme Lei Federal nº 8.880 de 24 de Março de 1994, salvo se, ao contrário, Lei Federal estabelecer. TERCEIRA: DO FUNDAMENTO – O presente Contrato é oriundo do procedimento licitatório denominado PREGÃO Nº _____



_____, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e demais legislações Municipais aplicáveis à espécie. **QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS** - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: Unidade: _____ – Funcional: _____ – Projeto/Atividade: _____ – Elemento: _____ – Cód. Detalham.: _____ - Código reduzido: _____ - Nota de Empenho nº. _____, emitida em _____; **QUINTA: DO PRAZO** - 5.1. O presente contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia _____. 5.2. Havendo necessidade e com pedido devidamente justificado nos autos, os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto do presente poderão ser prorrogados na forma do Art. 57 seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **SEXTA: DAS GARANTIAS** - 6.1.- Como garantia para o bom e fiel cumprimento do Contrato, a Contratada prestará garantia, sob a modalidade de *caução em dinheiro*, na proporção de 01% (um por cento) sobre o valor total do Contrato; 6.2.- O valor a que se refere o item anterior será recolhido através de guia própria (D.A.M.), junto à Secretaria Municipal de Fazenda, no ato em que se der o pagamento da primeira fatura do contrato; 6.3.- A importância a que se refere o item anterior será liberada e percebida pela Contratada em uma única parcela, após o recebimento definitivo do objeto contratual a ser formalizado pela Secretaria responsável por sua fiscalização, conforme determina a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. **SÉTIMA: DAS PENALIDADES**: 7.1. Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos: 7.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação. 7.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto. 7.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato. 7.1.4. Comportar-se de modo inidôneo. 7.1.5. Cometer fraude fiscal. 7.1.6. Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas. 7.1.7. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame. 7.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 7.2.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente. 7.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. 7.2.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida. 7.2.3. Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas. 7.2.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



7.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se a forma prevista no edital e o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.1. As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;

7.4.2. Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

7.4.3. Caso após a defesa prévia da empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias;

7.4.4. Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será cientificada através de um dos meios previstos no subitem 7.4.1, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.7. As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.8. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido.

7.9. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução.

OITAVA: DA RESCISÃO- Constituem motivos para a rescisão do presente contrato:

8.1. - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;

8.2- A lentidão do seu cumprimento levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto contratual nos prazos estipulados;

8.3- O atraso injustificado no início da execução do objeto contratual;

8.4. - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

8.5.- A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da Contratada com outrem, sua cessão ou transferência, total ou parcial, bem como sua fusão, cisão ou incorporação;

8.6- O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

8.7- O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei 8666/93;

8.8 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

8.9 - A dissolução da sociedade;

8.10- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

8.11- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato;

8.12- A supressão, por parte da administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato,



além do limite permitido no § 1º do Art. 65 da Lei 8666/93; 8.13- A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesse caso, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação; 8.14 - o atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Contratante, decorrente da execução pela Contratada, do presente Instrumento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação; 8.15- A não liberação, por parte do Contratante, de área, local ou objeto para a execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais; 8.16 - A ocorrência de caso fortuito ou força-maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato; PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado à Contratada o Direito ao contraditório e a ampla defesa; NONA: DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO: Em caso de rescisão contratual é assegurado à Administração Municipal os seguintes direitos: 9.1. - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; 9.2. – Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. DÉCIMA: DO REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado pelo regime de execução indireta sob a modalidade de preço unitário. DÉCIMA PRIMEIRA: DA TAXA DE EXPEDIENTE: Obriga-se a Contratada a proceder ao recolhimento da Taxa de Expediente, no ato de assinatura do presente. DÉCIMA- SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO: Obriga-se a Contratante a proceder a publicação, em extrato, do presente, no prazo legal, no órgão de imprensa que publica as matérias oficiais deste Município. DÉCIMA- TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE: Responsabiliza-se a Contratada por danos causados ao Município ou a Terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do presente, não excluída essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento por órgão próprio do Contratante. DÉCIMA- QUARTA: DOS ENCARGOS SOCIAIS - 14.1. - Todos os encargos sociais e as obrigações previstas na C.L.T. e respectiva legislação complementar, referente ao pessoal responsável pela consecução do objeto contratual, serão de total responsabilidade da Contratada. 14.2- O contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, no que diz respeito às suas obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; DÉCIMA- QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO - O Contratante, através da Secretaria Municipal de _____, fiscalizará a execução do objeto ora contratado. DÉCIMA- SEXTA: DA ACEITAÇÃO - A aceitação do objeto contratual ficará a cargo da Secretaria fiscalizadora. 16.1- Em caso de recusa de parte ou de todo o serviço, o pagamento ficará suspenso, até sua regularização, contando-se dessa época o prazo de pagamento fixado na Cláusula Segunda do presente. 16.2. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Suprimentos e Licitação
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ
PROCESSO N ° 22.913/2021

RUBRICA: FLS.:

objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. DÉCIMA-SÉTIMA: DO FORO- Fica eleito o foro do Município de Teresópolis, para dirimir as questões oriundas do presente. E assim as partes justas e acordadas assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos efeitos. Teresópolis, ____ de _____ de 2021.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____ C.I. nº. _____
2- _____ C.I. nº. _____

Satiele de Sequeira Santos
Secretária Municipal de Educação
Mat. 1.14054-1



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE PRAZO DE FORNECIMENTO, ART. 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL

Pelo presente instrumento, a empresa _____, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a _____ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 094/2021 do processo administrativo nº 22.913/2021, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei:

- 1- Que, caso seja Contratada, cumprirá o prazo de início da execução onde a primeira requisição deve ser entregue em 5 (cinco) dias corridos e depois quinzenalmente, e atenderá ao item 17.1 do edital sob as penas do art. 7ª da Lei Federal nº 10.520/2002 (não será aceita entrega parcial das ordens de compra e empenhos).
- 2- Para os fins do disposto no art. 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anterior à data do ato convocatório.
- 3- Para os fins do disposto no Art. 73-B, I e II da Lei Orgânica do Município de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:
 - I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;
 - II – condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(local e data)

(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)

Satiele de Sequeira Santos
Secretária Municipal de Educação
Mat. 1.14054-1